



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ata da Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda realizada em 28 de fevereiro de 2025

-----Aos vinte e oito dias do mês de fevereiro, do ano dois mil e vinte e cinco, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, teve lugar a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

-----1 – **Análise e Votação de Atas:**-----

-----1.1 Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 22 de novembro de 2024;-----

-----1.2 Ata da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 6 de dezembro de 2024.----

-----2 – **Período de Antes da Ordem do Dia;**-----

-----3 – **Período da Ordem do Dia:**-----

-----3.1 Eleição de um presidente de Junta de Freguesia, em representação das freguesias do Município, no Conselho Municipal de Saúde de Águeda, previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de Janeiro;-----

-----3.2 Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2024 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ de Águeda;-----

-----3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável (PMUS) de Águeda;-----

-----3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da 4.ª Alteração ao Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão;-----

-----3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado da Câmara Municipal de parcela de terreno com 1085 m², sito na Rua do Lagareiro, Águeda;-----

-----3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das Instalações da União Desportiva Mourisqueense, no âmbito do Processo de Obras n.º 147/24;-----

-----3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de isenção do pagamento de taxas municipais devidas por operações urbanísticas, no âmbito dos danos causados em habitações pelos incêndios de setembro de 2024;-----

-----3.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração, entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias, para atribuição de Apoios Financeiros; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----3.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias, para atribuição de Apoios Financeiros;-----

-----3.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda aos Protocolos de Colaboração n.º 187/22 e n.º 89/24, celebrados entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para prorrogação do prazo de execução;-----

-----3.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 102/24, celebrado entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Fermentelos, para prorrogação do prazo de execução;-----

-----3.12 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Contrato-Programa n.º 94/21, de cedência de espaço no Águeda Bike Park ao Clube Desportivo Águeda Bike Friends;-----

-----3.13 Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

-----A sessão foi presidida pelo Senhor Presidente da Assembleia, José Filipe de Almeida Pereira, e secretariado pelas Senhoras Secretárias Cristina Paula Fernandes da Cruz e Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro. -----

-----**Participaram nesta sessão os seguintes Membros da Assembleia Municipal:**-----

-----José Filipe de Almeida Pereira – PPD/PSD.MPT;-----

-----José Carlos Raposo Marques Vidal – PS;-----

-----Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida – PPD/PSD.MPT;-----

-----Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro – PS;-----

-----Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT;-----

-----Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP;-----

-----António José Pires Ferreira - PPD/PSD.MPT;-----

-----Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS;-----

-----Cristina Paula Fernandes da Cruz – PPD/PSD.MPT;-----

-----Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa – PS;-----

-----João Carlos de Oliveira Coelho – PPD/PSD.MPT;-----

-----Rui Miguel Pires Moreto – CDS-PP;-----

-----Júlia Maria Pinheiro de Melo – PS;-----

-----Maria Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro – PPD/PSD.MPT;-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Abílio Ferreira Gomes da Silva – PPD/PSD.MPT;-----

-----Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente;-----

-----José Miguel Ramos Tendeiro – PPD/PSD.MP;-----

-----Williams Marques Quintinha – CDS-PP;-----

-----Hermínio da Conceição Marques Guapo – PS;-----

-----Gisela Valente Pinheiro – PPD/PSD.MPT;-----

-----Maura Andrea Galhano de Magalhães – PS.-----

-----**Em representação das Juntas/Uniãos de Freguesias compareceram:** -----

-----Irene Henriques – Tesoureira da JF de Aguada de Cima; -----

-----Nuno Gustavo Pimenta Cardoso – PUF de Águeda e Borralha; -----

-----Ana Paula Moreira – Secretária da UF de Barrô e Aguada de Baixo; -----

-----António de Oliveira Martins – PUF de Belazaima, Castanheira e Agadão; -----

-----Carlos Miguel Nolasco de Lemos – PJ de Fermentelos; -----

-----Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques – PJ de Macinhata do Vouga;-----

-----Pedro António Machado Vidal – PUF de Préstimo e Macieira; -----

-----João Carlos da Fonseca Coelho – Tesoureiro da UF de Recardães e Espinhel; -----

-----Ana Sofia Resende Framegas – Secretária da UF de Travassô e Óis da Ribeira; -----

-----Paulo Jorge Reis Tavares – PUF de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga; -----

-----**Da Câmara Municipal de Águeda estiverem presentes os seguinte Membros:** -----

-----Jorge Henrique Fernandes Almeida – PPD/PSD.MPT – Presidente; -----

-----Edson Carlos Viegas dos Santos – PPD/PSD.MPT – Vice-Presidente; -----

-----Marlene Domingues Gaio -PPD/PSD.MPT – Vereadora -----

-----Vasco Miguel Rodrigues Oliveira – PPD/PSD.MPT – Vereador; -----

-----Luís Herculano Henriques de Pinho – PS – Vereador; -----

-----Antero Ricardo dos Santos Almeida – CDS-PP – Vereador; -----

-----O Sr. **Presidente da Assembleia Municipal**, pelas vinte horas e trinta minutos, declarou aberta a Primeira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal e iniciou os trabalhos, saudando todos os presentes e dando nota do seguinte:-----

-----**Presidente da Assembleia:** “Boa noite a todos. Vamos dar início à primeira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda, de vinte e oito de fevereiro de dois mil e vinte cinco. Antes de mais permitam-me que cumprimente e saúde as Sras. Secretárias da mesa, os Srs. Deputados Municipais aqui presentes, o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores, os senhores presidentes de Junta e Uniãos de Freguesia, também ao público aqui presente, a todos os que nos veem nas plataformas



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

online, funcionários da Autarquia e as Sras. Técnicas de linguagem gestual também. Os meus cumprimentos. Não esquecendo também por agradecer aos funcionários do Município que colaboram na preparação desta Assembleia, tal como na resolução e obtenção dos meios necessários para que tecnicamente seja esta sessão possível e realizada no dia de hoje, bem como transmitida pela Águeda TV.”-----

----- JUSTIFICAÇÕES DE FALTAS -----

-----Vou começar por dar nota das ausências e dos pedidos de substituição para esta Assembleia e eles são vários, a saber: -----

-----A Sra. Deputada Ana Miguel Marques Neves Santos solicitou a sua substituição e em substituição da mesma está o Sr. Deputado Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida; O Sr. Deputado Firmino Mário Abrantes Vasconcelos e em sua substituição o Sr. Deputado António José Pires Ferreira; O Sr. Deputado Gabriel Eduardo Pires e em sua substituição o João Carlos de Oliveira Coelho; Também a Sra. Deputada Ana Rita Antunes Pereira e em sua substituição Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; o Sr. Deputado António Carlos Pinto Santos Mascarenhas e em sua substituição o Sr. Deputado Hermínio da Conceição Marques Guapo; a Sra. Deputada Isabel Maria Santiago Ferreira e em sua substituição a Sra. Deputada Maura Andrea Galhano de Magalhães; a Deputada Olívia de Sousa Passos e em sua substituição o Sr. Deputado Williams Marques Quintinha que também está presente; E também o Sr. Presidente da Junta de Freguesia da Aguada de Cima, o senhor Albano Marques de Abrantes e em sua substituição a Sra. Tesoureira Irene Henriques, que também está presente. O Sr. Presidente da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo, João Marques Pitau e em sua substituição a Sra. Secretária Ana Paula Moreira. E por último, o Sr. Presidente da União de Freguesias de Travassô e Óis da Ribeira, Sérgio Edgar da Costa Neves e em sua substituição a Sra. Secretária Ana Sofia Resende Framegas. Bem-vinda. Portanto, estas são as respetivas ausências e suas substituições. Não há outra qualquer correspondência que seja digna de registo para comunicação nesta Assembleia.-----

-----Julgo que todos estão munidos de toda a documentação que foi partilhada, como habitualmente, no link com a documentação para esta Assembleia. Se não houver nenhuma reclamação quanto a isso, vamos passar à análise e votação das atas. Nós temos duas atas para aprovar. Já agora deixar registado uma vez mais, e obviamente regozijo-me com isto, e com a Mesa também, pois com a aprovação destas duas atas ficaremos em dia, não havendo nenhuma em atraso por aprovar. Temos duas atas, a ata da Assembleia Extraordinária de 22 de novembro e a última de todas, a ata da Assembleia Ordinária de 6 de dezembro de 2024. -----

-----ANÁLISE E VOTAÇÃO DE ATAS-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----1.1 Ata da 2ª Sessão Extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 22 de novembro de 2024;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Passando à ata da segunda sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 22 de novembro, eu pergunto, Srs. Deputados, há algum reparo, alguma intervenção quanto a esta questão? Senão, podemos passar à votação.-----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da segunda sessão extraordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 22 de novembro de 2024 sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----1.2 Ata da 5ª Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 6 de dezembro de 2024.-

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, há algum reparo quanto à sua redação? Não? Muito bem, passamos então à votação. -----

-----Não havendo intervenções neste ponto, foi o mesmo colocado à votação, tendo a ata da quinta sessão ordinária da Assembleia Municipal de Águeda de 6 de dezembro de 2024 sido **aprovada por unanimidade**.-----

-----Continuando os trabalhos, o Senhor Presidente da Assembleia dirigiu a palavra ao Público presente:-----

-----Vamos passar ao período de intervenção do público. Público aqui presente, alguma intervenção que queiram fazer? Temos um período de intervenção do público, tem um tempo regimental, cada intervenção também está regimentalmente definida. Alguém quer intervir? Não? Muito bem. Vamos então avançar para o período antes da ordem do dia. Srs. Deputados, alguma inscrição para este período antes da ordem do dia? Para iniciar, Sr. Presidente da União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, Paulo Tavares, faça favor.-----

-----PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA-----

-----**Presidente da União das Freguesias de Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, Paulo Tavares:** -----

-----"Boa noite, Sr. Presidente, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, caro Público. Só duas ou três notas. A primeira, eu estive a fazer um apanhado e chego à conclusão que tirando o mandato da construção do Polo Educativo na Trofa, terá sido porventura o mandato em que mais investimento houve do Município na nossa Freguesia. Quero mostrar naturalmente o apreço por isso, não só pelo que foi feito e também pela qualidade do que foi feito, porque muitas das vezes as obras não são visíveis, mas são necessárias. O Município colaborou sempre connosco e as obras mais importantes até são da sua autoria. Sei que este ano também está previsto o alcatroamento da Rua 25 de Abril na Mourisca, que era a seguir a Segadães e Crastovães, era de facto a maior necessidade e queria aqui deixar o meu apreço e o meu



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

agradecimento. Mas também queria deixar aqui um pedido, porque uma das obras fundamentais que tinha estipulado no início do mandato quando fui falar com o senhor, eram as obras para a criação do novo local para o Posto Médico da Mourisca. É absolutamente essencial, sei que o Sr. Presidente também tem essa convicção, quero só publicamente reforçar isso e, naturalmente tudo o que precisar da minha ajuda para o fazer, cá estarei, espero, é uma obra absolutamente fundamental para a nossa Freguesia.-----

-----Por fim, aqui uma palavra ao Pedro Vidal, porque há uns 6 ou 7 anos, uma vez estávamos aqui a falar e sugeriste que se pusessem câmaras de vigilância em Águeda. Pois eu, na altura, fiz essa cara que estás a fazer agora. Mas, verdade seja dita, passado uns anos foi colocado, na altura se calhar as circunstâncias também eram outras, mas de facto foi uma ótima sugestão que fizeste e naturalmente também acho que foi uma ótima iniciativa que se levou a cabo.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente da Junta Paulo Tavares. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Sr. Deputado, José Vidal, por favor. -----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----“Sr. Presidente, Srs. Membros da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara. Eu tinha aqui algumas questões e muitas delas são dificultadas pela mesma razão de sempre, isto é, o PSD proibiu a transmissão das reuniões de Câmara e nós só sabemos o que se lá passa pelos jornais ou aquilo que nos contam e não sabemos se aquilo que nos contam e que vem nos jornais se é a realidade que se passou. Primeira questão, muito simples, colocada várias vezes por mim e por outros Deputados desta Assembleia, ao Sr. Presidente da Câmara e que será colocada sempre em todas as situações, quando e se o Sr. Presidente da Câmara já colocou ou quando é que vai colocar um processo à Socibeiral por invasão dos terrenos no Parque Empresarial de Casarão. Isto tem a ver com um assunto que foi tratado e que vem nos jornais, que é uma petição que o Sr. Presidente da Câmara colocou para um pedido de indemnização ao projetista... digo eu, não vivi a situação, nem estive a assistir, no valor de cerca de 2 milhões de euros em relação ao Mercado Municipal. Acho bem que o tenha feito e tenha essa decisão, o senhor disse que ia analisar a situação e que o faria – e fez! - o que já não aconteceu no processo da Socibeiral. Aqui demorou um ano e meio a fazê-lo. Nos da Socibeiral passaram seis anos, ainda nada fez. Esperamos que, tal como defende o interesse público nesta situação, o venha a defender também na situação da Socibeiral.-----

-----A segunda situação, em relação a essa petição, gostaríamos de ter acesso à mesma, portanto, que nos seja dada a informação e enviados os documentos que levaram à realização da petição. Digo-lhe já aqui, para que não haja nenhum inconveniente, nem que haja depois alguma acusação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

infundada, que iremos enviar o processo do Mercado Municipal para o Tribunal. Já está terminada toda esta fase de concursos e que a petição já entrou para ressarcir eventuais danos.-----

-----Em relação ao Sr. Presidente da Assembleia, agradeço ter enviado as informações sobre as viagens, mas não compreendo porque é que não me enviaram as informações sobre as viagens. Isto parece uma contradição, mas desde lá já houve duas viagens a Valência, uma a Oslo, outra a Rabat e outra ao Cairo e não tenho informação nenhuma sobre nenhuma destas viagens. Além de que muita da informação não há um procedimento comum. Consoante os serviços de informação, uns dão de uma maneira, outros nem nada. Por exemplo, uma viagem de serviço presente a Valência aparece lá 150 euros. Não diz mais nada. Portanto, não diz quem pagou, quem não pagou, o que é que corresponde, se foi convidado, se alguém pagou, portanto, não diz nada, diz 150 euros. Noutras, mais completo... também não precisamos de muito completo, só precisamos de acreditar que os dados que lá estão são os verdadeiros. Vêm lá, eu aceito-os como verdadeiros e, portanto, é só isso. Neste momento já vamos outra vez com seis ou sete viagens que não temos informação nenhuma. Em relação a esta informação, solicitava também o Sr. Presidente da Assembleia que desse a informação à Assembleia, sempre que pudesse, das representações que fez e que faz no âmbito das suas funções a representar-nos e a representar o Município.-----

-----Outra questão aqui para o Sr. Presidente da Câmara. Soubemos que foi feito um acordo com uma empresa para instalação de 200 trotinetes em Águeda. Gostaríamos de ter acesso a esse acordo, visto que no plano mobilidade que hoje vamos aprovar vem lá, que as trotinetes são extremamente perigosas, provocam acidentes, invadem os espaços públicos, portanto vem lá no próprio plano que os senhores apresentaram e aprovaram para apresentar para nós aprovarmos aqui. E mais, vem lá dizer que as trotinetes devem estar no regulamento do Município, devem ter os horários, devem ter as zonas autorizadas para circulação, devem ter o tipo de veículos, as formas de pagamento, as condições para utilização e idades e situações etárias e devem também o espaço de circulação. Quem é que é o responsável e quem é que faz a fiscalização? Isto é o vosso próprio plano de mobilidade e acabaram de fazer um acordo com uma empresa para instalação de 200 trotinetes não cumprindo nada disto. É incompreensível. Na mesma Assembleia em que isto se passa. Fazem uma coisa há uma semana e hoje trazem-nos um plano que diz totalmente o contrário. -----

-----Já agora, Sr. Presidente, deixe-me explicar que o Dr. Paulo Tomaz não está ainda presente porque houve acidentes na autoestrada e está interrompida, deve chegar atrasado. Desculpe-me não ter informado logo.-----

-----Outra situação, o PS abordou na última reunião de Câmara a questão do financiamento dos projetos de habitação, nomeadamente em relação às IPSS que se candidataram a construção nesse



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

âmbito e dou o exemplo do património dos pobres que no âmbito da construção de cerca de um milhão de euros teria que se fosse financiada só 60% de arranjar 400.000 euros e se isso for assim vamos ter as nossas IPSS e as nossas entidades que concorreram nesse âmbito altamente prejudicadas e com grandes dificuldades para cumprir o estipulado. Ora, tendo em atenção que nós fomos dos últimos a concorrer à questão do primeiro direito, tinha financiamento de 100% que depois se esgotaram, tinha financiamento de 85% que depois se esgotaram, tinha financiamentos de 85% que depois se executaram, neste momento temos financiamentos de 60% em que há possibilidades de se obter mais. A nossa proposta que fica já aqui é a seguinte, caso não se consiga o financiamento para estas situações que a Câmara assuma o remanescente para cobrir as verbas necessárias. Portanto, todas. A Câmara tem possibilidades de o fazer em relação às entidades públicas. Neste momento estaremos bem, e ainda bem que o Sr. Presidente e os Srs. Vereadores trabalham bem nesse âmbito e conseguimos ter uma situação financeira estável, portanto, a proposta é essa, não colocar as dificuldades por atrasos que foram nossos, não colocar dificuldades nas entidades que concorreram a esse ponto. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado Sr. Deputado José Vidal. Srs. Deputados, prosseguindo, mais alguma intervenção? Sr. Deputado Jorge Melo, por favor.-----

-----**Jorge Miguel dos Santos Melo – Independente:**-----

-----”Sr. Presidente da Assembleia, boa noite. Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Executivo, caros colegas, muito boa noite a todos. Queria começar a minha intervenção por demonstrar aqui alguma satisfação pelo facto de finalmente a ponte sobre o rio Vouga estar bem encaminhada para a requalificação como património ... não será de utilidade pública, mas com importância pública e nessa medida, ser possível, imagino eu, de acordo com aquilo que o Sr. Presidente de Câmara tem vindo a dizer ser possível, eventualmente, recorrer aqui a fundos comunitários para resolver a situação daquele imóvel e queria-lhe perguntar se já há alguma coisa pensada para esta situação. Sendo recorrente aqui as minhas intervenções também relacionadas com aquilo que é o ponto de situação do rio Marnel, nomeadamente com a limpeza do próprio rio, a manutenção do próprio rio entre a zona da Ponte Romana até à sua foz, bem como da zona da Ponte Romana para a localidade da Aldeia e, conseqüentemente, para a zona da garganta que está, como bem sabe, esquecida. -----

-----Houve também no decorrer destes anos uma série de projetos, de possibilidades, de alternativas para a requalificação da Estação Arqueológica do Cabeça de Vouga. Queria também tentar perceber qual é o ponto de situação, o que é que se imagina fazer, visto que a cada dia que passa é um património de valor considerável que está exposto à degradação e à erosão permanente e, por conseguinte, queria também tentar perceber o que é que se pensa fazer em relação a essa matéria.--



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Tem sido público também que há alguns desenvolvimentos no que toca à ligação Águeda/Aveiro. Seria também interessante o Sr. Presidente pôr-nos ao corrente de como é que está a situação, os pareceres técnicos das várias entidades que têm que o fazer e, na eventualidade de isto estar no bom caminho, como é que o Município pensa, em termos financeiros, financiar esta obra e garantindo, na eventualidade dela avançar, o equilíbrio financeiro também das contas do Município, visto que é uma obra de grande envergadura, de uma importância vital para o Município mas que, obviamente, é também necessário fazermos aqui um equilíbrio das próprias contas públicas.-----

-----O Município, à semelhança dos Municípios limítrofes foi afetado em setembro passado pelos incêndios florestais. Tentar perceber no que toca à reflorestação e ordenamento desse território, se neste flagelo vemos uma oportunidade para ordenarmos a floresta, mitigarmos, criarmos medidas de proteção, de auto-proteção, para que num futuro próximo isto não tenha a amplitude que teve naquilo que foi este verão passado.-----

-----E também dar nota que, embora a situação ande mais calma no que toca aos Centros de Saúde, tenho vindo a perceber que tanto no Centro de Saúde da Mourisca como no Centro de Saúde de Recardães tenho recebido algum reporte por parte dos utentes do recorrente cancelamento de consultas. Embora isto não seja uma responsabilidade da Câmara Municipal, há aqui certamente uma preocupação do Município, penso que o Município poderá fazer alguma pressão junto das entidades competentes para que esta situação se resolva. Falo de utentes que têm consultas a ser canceladas há cerca de seis meses. Portanto, reiteradamente, elas são marcadas, na véspera são adiadas e depois na véspera voltam a ser adiadas e o Sr. Presidente da Câmara, estando na área da saúde, sabe bem da importância vital que tem a saúde primária que, na esmagadora maioria das situações, acaba por prevenir o agravamento de sintomas e de doenças que depois acabam por congestionar os estabelecimentos das urgências, tanto do Hospital de Águeda como do Hospital de Aveiro e, para além disso, acaba por agravar o estado clínico dos nossos cidadãos e, portanto, queria tentar perceber o que é que o Município pensa sobre isto e o que é que, eventualmente, poderá fazer. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Jorge Melo. Agora Sr. Deputado Miguel, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----“Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores... desculpe, cortei o protocolo, mas todos os membros da Assembleia cumprimento na pessoa do Sr. Presidente da Assembleia.-----

-----De forma muito breve, estamos na primeira Assembleia do ano de 2025, que deverá ser um ano



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

com boas notícias isto porque, habitualmente, em ano de eleições temos sempre boas notícias. Acontecem sempre coisas extraordinárias em ano de eleições e são extraordinárias porque é mais frequente elas acontecerem nesses anos de eleições ou na proximidade do que nos outros anos entre eleições. Há até quem diga e quem defenda que devíamos ter eleições todos os anos porque assim tínhamos mais inaugurações, mais obras feitas e mais satisfação das populações. Eu não concordo. Acho que muitas das coisas que vão sendo feitas precisam de tempo para amadurecer, para serem realizadas. Muitas vezes isso coincide com o calendário eleitoral, outras vezes é feito de forma propositada, mas é a vida e vivamos a vida e vivamos com vontade e alegria as coisas boas que nos trouxer 2025.-----

-----Pela nossa parte, quero sublinhar a nossa satisfação por três fatores. -----

-----Em primeiro lugar, a constituição do Conselho Municipal de Saúde, que se fosse pela nossa vontade já existiria há vários anos.-----

-----Por outro lado, a introdução de câmaras de segurança em algumas zonas críticas do Concelho para ajudar a melhorar não apenas a segurança, mas também a perceção e a sensação de segurança dos nossos cidadãos.-----

-----E, por último, saudar como muito positiva a notícia da possível classificação da Ponte de Vouga como imóvel de interesse público. São três excelentes notícias a começar um ano que de outra forma para nós, até em termos pessoais para alguns dos membros desta Assembleia, foi bastante penoso. Então, fique esta nota de esperança. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Miguel Oliveira. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Sras. Secretárias, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, colegas Deputados, público, gente que assiste lá em casa, boa noite a todos.-----

-----Primeira Assembleia do ano e antes de mais fazer um pouco a retrospectiva do que foi aquilo do ano passado e, nomeadamente, o último Natal da nossa cidade, mais uma vez trouxe tanta cor, tanta vida e mais um momento importante para o nosso comércio e para a dinâmica daquilo que é a nossa cidade tal como a conhecemos. Talvez neste momento já não damos aquele relevo, somos daqui porque já estamos habituados a que seja sempre assim, mas não nos podemos esquecer... porque não foi sempre assim e para continuar a ser assim teremos de continuar a fazer apostas seguras e a estar ao lado do nosso comércio e ao lado dos nossos cidadãos. -----

-----Passando aos temas de hoje, gostava só deixar ali um reparo ao Sr. José Vidal, porque o PSD não proibiu rigorosamente nada, até porque o PSD não podia proibir uma coisa que nunca foi



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

institucionalizada. O Senhor recorda-se, teve muitos anos o seu partido no poder, tiveram a oportunidade de ter as mesmas reuniões transmitidas, nunca o fizeram, o PSD é contra, portanto uma votação perfeitamente democrática e nesse sentido não concordo com a forma como se expressou dizendo que o PSD tinha proibido, porque não proibimos, não poderíamos proibir e nem estar na nossa competência de proibir ou deixar de proibir. -----

-----Em relação aos temas que foram aqui falados, comungamos efetivamente de alguns deles e é extremamente importante para o nosso Concelho, nomeadamente falando de questões de segurança, a questão da videovigilância, é um tema muito sensível, obviamente. Se formos, por exemplo, para a Inglaterra, estão perfeitamente acostumados, aqui não. Levantam-se muitas dúvidas... a questão da proteção de dados, a questão da invasão da privacidade, são temas muito sensíveis e, obviamente, saudamos a Câmara porque quem não deve não teme e eu não tenho nenhum problema em ser filmado, acredito que será uma mais-valia e poderá acrescentar uma sensação de segurança... e não só porque muitas vezes confundimos segurança real com sensação de segurança e são coisas perfeitamente diferentes mas, provavelmente, será uma enorme ajuda para as nossas forças de autoridade numa altura em que começamos a ver alguns fenómenos que não víamos em matéria de criminalidade lá muito atrás. -----

-----Congratularmos também com a oferta, neste caso a entrega de quatro viaturas às unidades de saúde do nosso Concelho. Temo-nos habituado nos últimos anos a que o nosso Município se substitua muitas vezes ao Estado Central naquilo que é uma aposta na modernização das nossas infraestruturas. Isto vem numa linha crescente e, obviamente, nos congratulamos com isso porque é importante que possamos ter todos os meios para ir combatendo e poder indo, de alguma forma, mitigando os efeitos da desertificação de uma série de condicionantes que afetam e sobremaneira a qualidade de vida no acesso aos cuidados de saúde. -----

-----Em relação à Ponte do Vouga, obviamente, foi um tema muito falado aqui. Não acredito que haja alguém que goste de passar no IC2 e olhe para o lado e veja as coisas como elas estão. É mais um passo para se poder tentar almejar algo mais, porque o Município, tal como foi explicado várias vezes pelo Sr. Presidente, sozinho não poderia abraçar uma causa dessas e, obviamente, temos fé e acreditamos que possa ser algo feito por aquilo que está ali, porque também não gostamos de ver aquilo da forma que está. Quem nos visita, vindo de Norte, não é um bom cartão de visita e alguma coisa terá que ser feita nos próximos anos. Tenho dito, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Humberto Moreira. Sr. Presidente da Junta de Macinhata, Pedro Marques, por favor.-----

-----**Presidente da Junta de Macinhata do Vouga, Pedro Marques:** -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Muito boa noite Sr. Presidente da Mesa da Assembleia Municipal. Cumprimento-o e na sua pessoa cumprimento todos os Deputados e todos os representantes que estão nesta Assembleia Municipal. -----

-----Eu venho aqui porque acho que não devia deixar de vir, dizer só duas coisas que são um grande motivo de orgulho, um grande motivo de regozijo para a minha Freguesia. Hoje iniciaram-se as obras de distribuição de água pública à última aldeia da minha Freguesia que ainda não tinha água, à Lombada. Eu tenho que, na minha pessoa, agradecer todo o empenho que o Sr. Presidente e o Executivo tiveram e toda a força que fizeram junto da ADRA para que isso pudesse acontecer. E neste momento há 120 dias para podermos chegar lá, como disse e brindar com água na inauguração desta obra que é uma obra civilizacional muito grande para a minha Freguesia e para a aldeia da Lombada.-

-----Por outro lado, acho que deve ser do conhecimento desta Assembleia, porque se trata também do Museu do Concelho de Águeda e dar-vos conta do número de visitantes, que eu acho que são impressionantes, que ocorreram nos últimos anos no Núcleo Museológico de Macinhata do Vouga. Então tenho a dizer-vos que em 2022, tivemos 11.003 visitantes, em 2023, 9.117 visitantes, em 2024, 12.383 visitantes. Dizer-vos também que, desde 2012 até 2024, passaram por aquele Núcleo Museológico 77.952 visitantes. É obra. Muito obrigado. Acho que são informações que devo partilhar para que todos saibamos também o que temos no nosso Concelho. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, mais intervenções? Muito bem, julgo que estarão finalizadas. Sr. Presidente da Câmara, por favor, tem a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal - Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente, muito obrigado. Cumprimento então o Sr. Presidente da Assembleia Municipal, as Sras. Secretárias, Srs. Vereadores, todos os membros desta Assembleia, o público que nos acompanha, a comunicação social e, naturalmente, também todos aqueles que têm hipótese de nos acompanhar pela Águeda TV. -----

-----Eu vou tentar responder às questões que me foram colocadas e, primeiro que tudo, agradecer ao Sr. Presidente da Junta da Trofa, Segadães e Lamas do Vouga, Paulo Tavares, pelas obras que fazemos em conjunto e que, naturalmente, nos deixam a todos satisfeitos. E colocou aqui duas questões que, naturalmente, estamos indiscutivelmente alinhados também nesta matéria. Uma tem a ver com o Posto Médico da Mourisca. Nós temos este desígnio de mudar o Posto Médico das instalações dos Pioneiros para o ex jardim de infância da Mourisca, primeiro porque achamos que tem uma localização privilegiada, segundo, as instalações, efetivamente, conseguimos ter ali ótimas instalações para a Unidade de Saúde. Não foi possível até agora, porque os Pioneiros tiveram estas instalações ocupadas enquanto duravam as obras com o alojamento dos seus idosos. Há cerca de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

duas semanas deram-nos nota de que passamos a dispor e eu conto, sinceramente, ser na próxima semana, fazermos uma visita ao local para operacionalizarmos a adaptação que nós temos noção de que precisamos de fazer daquele edifício e daquele espaço e, até do espaço envolvente, para rapidamente procedermos a essa mudança. É um salto qualitativo muito grande, é uma ótima obra para a Mourisca, sem dúvida nenhuma. Não queria deixar de focar aqui a aquisição recente na Mourisca, daquele espaço onde está o jardim infantil, que até agora era emprestado, mas nós conseguimos adquirir aquele espaço, porque aquele espaço, só para termos uma nota, é extremamente difícil na Mourisca, que é uma vila densamente povoada, porque é uma das zonas densamente povoadas do nosso Concelho, é difícil fazermos obras porque a Mourisca tem aquela característica de ser uma rua comprida... a antiga estrada nacional, sem parques, sem zonas livres, eu acho que esta é uma vitória, podemos agora indiscutivelmente fazer ali um projeto, para termos ali um espaço público mais capaz. E, portanto, também é muito bom. -----

-----Relativamente às câmaras de vigilância de que falou, e falou muito bem, uma nota: nós estamos a avançar, não somos os primeiros nem os pioneiros, mas somos de certeza absoluta das Câmaras do país que estão a avançar mais rapidamente. Vejo com regozijo questões relacionadas com o licenciamento que nós conseguimos fazer muito rapidamente e volto a dizer que aqui há uns anos atrás era extraordinariamente difícil, ou seja, mesmo alguém que tentou andar muito mais cedo que nós não se adiantou tanto. Por questões relacionadas com a RGPD e outras não permitiam andar. Já agora também uma nota, porque é importante nós falarmos relativamente a isso, não houve aqui nenhum facto – como é que eu hei de dizer? – decisivo para a decisão. Eu diria que é um olhar atento sobre o mundo que nos permite dizer que criamos melhores condições para, e não mais do que isso, porque mesmo com os grandes movimentos que temos tido na cidade, naturalmente que haverá sempre fenómenos e questões relatadas pela nossa Guarda Nacional Republicana, mas, felizmente, não temos tido questões de maior e eu penso que também essa imagem de segurança é muito boa para Águeda e para os eventos que se realizam por cá.-----

-----Relativamente à questão do Sr. José Vidal, eu penso que é o tom e a gente tem que se adaptar muitas vezes ao tom, e o tom não é agradável, das questões, das perguntas, mas vou tentar com toda a tranquilidade responder-lhe a algumas questões. Vamos ficar aqui claros relativamente às eventuais transmissões das reuniões de Câmara. No dia em que o Conselho de Ministros - porque reparem, as reuniões de Câmara, na minha ótica, são uma versão à escala do Município do Conselho de Ministros - no dia em que o Conselho de Ministros seja transmitido televisivamente, nós vamos ter também. Não faz sentido... e reparem, a pior coisa que podíamos fazer, é tornar aquilo num espetáculo. Primeira questão, somos das pouquíssimas Câmaras... eu ouvi-o com atenção e com



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

educação, e portanto, se o senhor quiser, porque se não, se entende que não é sequer digno de ter resposta, estamos cá. Portanto, com educação e atenção. Queria-lhe dizer que somos dos pouquíssimos Municípios onde temos a presença de público e até de comunicação social durante as reuniões. Portanto, ao contrário de muitas centenas de Câmaras Municipais deste país onde isto não acontece. -----

-----Relativamente à questão do mercado municipal, denunciei, é verdade, que entrámos com a petição no sentido de recebermos uma indemnização pelos prejuízos que finalmente foram aferidos, estamos a fazer exatamente aquilo que eu sempre disse, e tanto quanto me continuam a dizer os nossos juristas, atempadamente. E afinal de contas, atempadamente e de uma forma correta.-----

-----Relativamente à Socibeiral, eu queria quase que fazer uma questão, imaginem que as duas ações em que a Socibeiral perdeu no Tribunal, imaginem se não tinha acontecido, vocês andavam aqui a emaranhar que era uma coisa de outro mundo. O que é certo é que, numa primeira instância, e exatamente relativamente à questão de todo o processo lá atrás, já são duas vezes que a Socibeiral, efetivamente, não lhe é dada qualquer tipo de razão no Tribunal. E, já agora, posso-lhe dizer que também hoje uma denúncia do PS foi arquivada pelo Tribunal, mais uma – uma das dezenas, centenas que vocês fazem. Portanto, mais uma recebemos, mais uma que também foi arquivada, já é uma rotina, devem ter lá um enorme armário de arquivamento das vossas preocupações. E é exatamente isto. Eu queria-lhe dizer que o senhor faz muito mal à democracia que nós todos patrocinamos e queremos fazer, por uma razão muito simples, exatamente com esse tom. O senhor não consegue imaginar que alguém esteja aqui de forma honesta, e com tranquilidade, porque vê problemas em tudo e quer saber de tudo. Quer saber para onde é que fomos, efetivamente estive em Valença, lê o jornal, sabe perfeitamente, fomos vencedores do Green Leaf – sabe o que é que é isso? Uma enorme honra para o nosso Concelho. Somos reconhecidos pela Comissão Europeia e passaremos a ser Capital Verde Europeia para as cidades com menos de 100.000 habitantes no próximo ano de 2026. Isto é um feito notório em qualquer Concelho... ou se fosse aqui há uns anos, era uma bandeira para vocês, para todos. Para nós é também. E para o Concelho de Águeda, eu não tenho dúvidas nenhuma. Também fui para o Cairo, onde fomos reconhecidos pelo LivCom como o melhor sítio do mundo para viver. No passado tentámos, mas não conseguimos. Nessa altura teria sido extraordinário para si, agora não. Para Águeda é extraordinário. E estivemos lá nestas condições. Já agora, temos programas comunitários e temos visitas, fui a Oslo com viagens pagas pela Comissão Europeia. É difícil não encontrar despesas? É por aí. Percebe-me? E, o senhor está com esta dificuldade grande, eu não lhe posso dar o que não tenho, relativamente a outras questões, disse aqui que vai enviar o mercado para Tribunal. Eu queria-lhe dizer que o mercado está completamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

visado por duas vezes pelo Tribunal de Contas. Aliás, há uns dias fez aqui uma coisa fantástica de dizer que mandava a obra do mercado para o Tribunal de Contas. Está lá desde o primeiro momento, porque tem que estar. Mais, tem visto aprovado pelo Tribunal de Contas, nas duas fases da construção. E há aqui uma coisa que todos temos que perceber, e se quisermos estar de bem e com razão, é tudo tranquilo – assumidamente aquela obra teve um problema, tanto isso que estamos agora a pedir uma indemnização ao projetista. E um problema que nós tínhamos numa obra, porque o projeto estava mal executado, os senhores fazem um esforço tremendo para tentar passar a imagem de que há ali qualquer coisa de má gestão, ou ainda pior. Mas não há. Tivemos, foi um problema e tivemos que resolver. Quando foi detetado o problema, nós tínhamos o mercado provisório instalado e tínhamos o mercado inicial, completamente desventrado, não havia forma de andar para trás. E quem tem que andar para a frente indiscutivelmente e a quem cabe a responsabilidade de tomar decisões é a mim. Faço-o, com apoio jurídico permanente, com os técnicos que são de uma seriedade a toda à prova a acompanhar-me e a proporem as soluções e tudo isto é muito tranquilo. Não vale a pena tentarmos aqui passar repetidamente a ideia de que há aqui qualquer coisa. Tranquilo, nada se me pega às mãos. Nada. Nunca se pegou, não é hoje que se vai pegar. E não é pelo mercado que se vai pegar. -----

-----Depois, fala-me das trotinetas, as trotinetas, há em praticamente tantas cidades do mundo, nós também temos. E vejo com regozijo muita gente a utilizá-las e sabemos perfeitamente que podem constituir algum perigo. Fizemos formações nas escolas, fizemos tudo isso, para evitarmos esse perigo. Agora, estão aí, são um meio de locomoção muito interessante, afinal de contas, onde quer que nós vamos, a outras cidades até de maior dimensão, lá temos as trotinetas, não percebo qual é a questão, não fizemos contrato nenhum com eles, não há custo nenhum para o Município. Não há nenhum contrato em termos de custos para o Município.-----

-----Relativamente à habitação, não somos os últimos, não somos de longe os que estamos mais atrasados. As instituições, nomeadamente as IPSS e outras entidades como os Vicentinos, nós demos-lhe todo o apoio e quem tinha que fazer as candidaturas eram eles, mas nós continuamos nisso e estamos disponíveis para avaliar o que é que podemos apoiar no caso de não conseguirem os 100%, porque isso também ainda não está fechado. Mas agora repare, da nossa parte é mais difícil estarmos a fazer promessas porque corremos o risco de as ter que cumprir, percebe? Percebo que não sinta isso e, portanto, a gente pode falar à vontade. Porque de certeza que não sabe quanto é que isso custa, não sabe qual é o valor dessas ajudas, não tem sequer ideia e, também não sabia muito bem o que é que deixaria de fazer. Se for capaz de nos dizer, quem sabe se não nos ajuda.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Jorge Melo, a ponte sobre o rio Vouga. Eu queria-vos dizer que a ponte sobre o rio Vouga efetivamente caiu já há mais de uma dúzia de anos, e passei lá milhares de vezes. O cenário que está ali à esquerda, ou à direita, para baixo ou para cima, é desolador, e reconheço o valor da ponte e tentei várias vezes. Lembro-me até, inclusivamente, no momento em que ela caiu, que um Ministro das Obras Públicas, disse: “Não vai faltar dinheiro”, o que é certo é que quando lhe colocámos a questão, depois já lá não apareceu. Nas várias tentativas que fizemos, havia sempre esta questão da classificação. Primeiro, estamos a falar de uma obra cara, e cada vez mais cara, certo? Claro que custará vários milhões de euros. E eu queria explicar a toda a gente, porque há aqui uma questão que é um ato de gestão puro. Nós temos todos que perceber que gostaríamos, do ponto de vista arquitetónico, de recuperar a ponte. Esta classificação poderá vir a permitir-nos, e atenção, no caso, primeiro tem que ter a classificação, como imóvel de interesse público, o ideal era ser um monumento nacional, isso é que era bonito, classificarem-na como monumento nacional, porque então aí é que era mais fácil. Mas repare, já como imóvel de interesse público nós poderemos candidatar-la a fundos relacionados exatamente a estas questões culturais de valorização do património, de recuperação do património arquitetónico e histórico. Ela não é classificada em termos históricos, ela nunca foi classificada, portanto não é monumento. Temos agora um processo de classificação que nos pode vir a ajudar, porque pode ser uma porta de entrada para termos um apoio, e esse apoio é absolutamente essencial. porque há um fator que nos obriga a decidir. Nós estamos há algum tempo, se calhar até já há umas décadas, a fazer muitas obras também com apoios de fundos comunitários. Eu gostava de ouvir aqui uma vez o regozijo desta casa por saberem que somos a oitava Câmara Municipal do país com mais fundos consignados do PRR, a oitava em valores absolutos. Eu até posso dizer de cor quem é que está à nossa frente em fundos do PRR consignados. E, curiosamente, estes valores, não fui eu que os disse, quem os publicou, foi exatamente a Comissão de Acompanhamento do PRR. E isto é notável, porque são 308 Municípios, o que quer dizer que nós temos 300 atrás de nós. Já agora, uma nota, nós somos o segundo Município da região centro com mais verbas consignadas e o primeiro é Coimbra, que só tem mais 2 milhões que nós. Isto é notável. A região centro tem 100 Concelhos. Eu costumo dizer que tenho sorte, e há por aí gente que diz que a sorte dá muito trabalho, eu também concordo que sim, mas não tenho dúvidas nenhuma de que tenho sorte e também costumo dizer: Deus nos livre das pessoas com azar. Eu agradeço muito, mas não tenho dúvidas de que tenho sorte – tenho sorte com a equipa que me acompanha, tenho sorte com as pessoas que encontro, tenho sorte com as relações que consigo estabelecer com essas pessoas e, sobretudo, com a capacidade de mostrar que a minha terra precisa de apoio e ter projetos para avançar para eles. E isso tem acontecido e tem sido indiscutivelmente a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mais-valia. Agora reparem, estávamos aqui a falar destes fundos comunitários. Quando nós temos obras participadas a 85% por fundos comunitários, eu queria-vos dizer que, se nós gastarmos vários milhões de euros numa obra que não tiver participação nenhuma, que seria a ponte, temos de fazer contas. Porque estes milhões de euros que a Câmara tem do seu orçamento são multiplicados em valor de obra. E quando eu tiver a noção de que vou fazer aquela obra a expensas apenas e só da Câmara Municipal... já agora posso-vos dizer que vão ser vários AgitÁgueda, muitos AgitÁgueda, e temos que dizer o que é que vamos deixar de fazer, e sobretudo em obra, porque é investimento. E, portanto, eu fico com muito regozijo por esta decisão, porque o processo de classificação já estive na Assembleia da República, já estive em ação, e o curioso é que no tempo do governo nessa altura era do PS, disseram “não”. “Não”. Agora, o processo está aberto, a classificação ainda não está concluída. Eu estou confiante que nós vamos conseguir essa classificação. E essa classificação vai-nos abrir uma possibilidade. É uma possibilidade. Não vamos dar as coisas já diretamente como adquiridas porque há muito trabalho pela frente. Primeiro que tudo, classificação. Porque reparem, com esta classificação nós temos que restabelecer a ponte com os valores arquitetónicos que lá tinham. Recuperar aquela ponte, só para nós termos uma noção, é mais caro do que fazer duas pontes. Porque aquela ponte tem que ser intervencionada, porque é o relatório que nós temos, a inspeção que nós temos, em todos os elementos construtivos, todos! Não há nada que não tenha que ser intervencionado e seriamente intervencionado. Agora, no dia em que nós conseguirmos fazer aquilo, seja por meu intermédio, seja pelo de alguém, eu ficarei sempre muito feliz e satisfeito, porque efetivamente também reconheço que nos custa ver aquele tipo de património ficar ali. Agora reparem, nós também, às vezes, temos que ser minimamente pragmáticos, e uma coisa é estar sem responsabilidade do lado de fora, a outra é estar com plena responsabilidade a ter que decidir. Expliquei-vos, é fácil de entender. -----

-----Relativamente à Estação arqueológica. Nós fizemos um scanner, é mais que um scanner, foi uma empresa espanhola que nos fez isso, um estudo densimétrico para tentarmos perceber que tipo de estruturas organizadas estavam no Cabeço do Vouga, por uma razão muito simples – é extraordinariamente difícil manter lá, por causa de todos os abusos e, sobretudo, do vandalismo que grassa por aí, e que é uma questão de cidadania e que acho que é um problema de todos nós e, temos que perceber claramente: ou a Estação Arqueológica de Cabeço do Vouga é qualquer coisa absolutamente extraordinária e nós temos que avançar com um projeto a sério de qualificação daquele espaço para o mostrar ao mundo e temos que recorrer a apoios para o fazer; ou não é, e se calhar a solução mais adequada é taparmos, para quê? Para que não se estrague e no futuro, quem sabe, alguém conseguir fazer melhor que nós. Agora, os exames que foram feitos, lá o tal trabalho



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que foi feito, não é definitivo. Porque está muito parasitado por um conjunto de árvores que foram plantadas durante estes séculos todos. Mas é animador. Ou seja, levanta-nos suspeitas, digamos assim, de que aquele espaço ali é muito maior do que o que parece. E eu quero-vos dizer que nós estamos a comprar terrenos ali à volta, muito para além daquilo. E já temos vários e estamos nesse processo. E depois disso, a primeira coisa que vamos fazer é tirar aquelas árvores todas. E depois disso, vamos completar esse estudo, já sem esse parasitarismo. Porque volto a dizer que estamos... eu há bocado disse “suspeito”, o termo não é bem este, mas animados com a hipótese de termos ali qualquer coisa que seja muito mais do que aquilo que nós imaginamos que lá está. E, a partir daí, não temos dúvidas nenhuma – o Ministério da Cultura, o Instituto Português do Património Arqueológico, têm de ser chamadas à liça. A partir desse momento, temos ali uma coisa deveras séria e temos que o fazer.-----

-----Falou-me do Marnel. Até parece que adivinha-me, mas de certeza absoluta que é a sua preocupação e eu percebo isso claramente, porque também é a minha. O rio Marnel e todo aquele sítio que nós chamávamos “a Boca”, que é uma zona de sapal que ali está, está seriamente comprometido com infestantes. E aqui há uns anos criou-se uma vala, digamos assim, no meio para escoar a água, até porque era na altura em que a estação compacta, aquela ETAR compacta que estava atrás da Igreja da Aguieira drenava diretamente para o rio Veado e depois para o rio Marnel e, quando chegavam ali... e sobretudo as pessoas que conhecem aquele espaço sabem muito bem do que é que eu estou a falar, temos uma zona alagada onde não havia correntes diretas. E na altura, ainda foi a Câmara, há mais de 20 anos, decidiram abrir uma vala que culminava lá naquela lagoa que foi até criada nessa altura em frente à ponte medieval. Mas neste momento o que é que isto levou? Por um lado, temos zonas que ficaram secas por causa dessa corrente, ou seja, uma zona que era alagada no seu todo passou a ter um canal drenante e estivemos, curiosamente, lá com a ARH Centro e a Agência Portuguesa do Ambiente. Porque nós estamos a preparar com eles uma candidatura para intervirmos no rio Vouga e também no Marnel, e que vai desde a Foz do Marnel até à Casa dos Rios na Aguieira. E já agora, porque também é importante, todas as margens e o próprio leito do rio Vouga, que está seriamente comprometido, porque desde há muito tempo tem infestantes em tudo quanto é sítio, entre o açude da Sernada e a zona da entrada do rio Águeda, lá em baixo, abaixo da Fontinha, portanto na zona de Eirol, daí até lá vai ter uma parte também de intervenção na área de Albergaria-a-Velha. Albergaria-a-Velha esteve presente nessa reunião, porque depois mais acima também envolve o rio Caima e estamos a preparar uma candidatura ao PACS. Temos já a indicação da Sra. Ministra do Ambiente de que tem viabilidade esse processo, também o Presidente da Agência Portuguesa do Ambiente, que manditou exatamente a ARH Centro e o Engenheiro Nuno Bravo e o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Engenheiro Emídio, que estiveram aqui connosco, e estamos a preparar esse projeto para lançarmos com uma candidatura, com uma aprovação que virá muito em breve e, estou convencido de que teremos essa possibilidade.-----

-----Relativamente ao Águeda-Aveiro, queria-lhe dizer que o projeto definitivo e concluído foi reenviado à APA para licenciamento depois da emissão da via condicionada na semana passada. Agora, posso-vos dizer que o Sr. Ministro da Coesão, que domina esta questão dos fundos comunitários, PRR e todos os outros fundos, 2030 e tudo mais, visitou há uns dias a Revigrés e, na altura, por um motivo muito especial que tem exatamente a ver com esta obra, com o Eixo Rodoviário de Aveiro, o Presidente da Câmara de Aveiro, a meu pedido, veio também ali e em poucos minutos tivemos uma reunião com o Ministro, evitámos uma ida a Lisboa, agradecemos-lhe muito, e a confirmação plena de que o financiamento está assegurado pelas várias medidas e, muito em breve estamos a lançar esta obra. Já agora, dizermos da parte das expropriações, as parcelas tinham alguns problemas no cadastro que foi levantado pelos técnicos, estão a fazer esse ajuste, mas no entanto já estamos no terreno e a trabalhar com as pessoas no sentido de adquirirmos as parcelas necessárias para a construção desta estrada. Eu diria que tem sido um trabalho brutal. Começámos rigorosamente do zero, porque o projeto foi iniciado exatamente do zero. Temos vindo a atender também as burocracias deste país, são as nossas e temos que viver com elas, mas não tenho dúvidas nenhuma de que este processo vai chegar a bom termo. -----

-----Relativamente à questão dos incêndios florestais, dizer-lhe que temos, naturalmente, e até que dar um grande apreço à CCDR e também aos Ministérios, por uma razão muito simples, as pessoas que sofreram, que viram as suas habitações destruídas, têm os contratos todos assinados e já receberam as indemnizações, já receberam, já foram feitas as transferências, nós inclusivamente levámos, na última reunião de Executivo, uma proposta que foi aprovada, naturalmente, na Câmara e que vem aqui hoje, no sentido de fazermos também a isenção das licenças para estes casos, não fazia sentido de outra maneira, no interface entre as populações, entre as povoações e a floresta. Temos já um levantamento exaustivo de sítios onde vamos iniciar aquela proposta que fizemos no Salgueiro, estamos no processo de adjudicação destes trabalhos, porque já são trabalhos de monta e quero-vos dizer que as coisas vão andar. Uma nota, porque estamos também num processo de aquisição rápida, mas a cumprir naturalmente toda a legislação, de todos os sinais que ficaram danificados e que dão um aspeto, sobretudo nas zonas onde passaram os incêndios, é um assunto que nós de alguma forma queremos esquecer o mais rápido possível e, espero que muito em breve comecemos de uma forma maciça, desde os rails, as pinturas nas estradas, algumas zonas de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

alcatroamento, e sobretudo esta questão da sinalética que foi seriamente danificada e, temos que rapidamente fazer isso.-----

-----Relativamente aos Centros de Saúde, dizer-lhe que temos médicos de família o quadro está completo, sei que em Recardães tem havido umas baixas de médicas, suponho que está relacionado com isso, mas não tenho conhecimento daquilo que diz, não sei. Estamos a dar o nosso melhor apoio. Já agora uma nota, esperamos também muito em breve lançarmos o concurso que é para um financiamento PRR para a Unidade de Saúde de Barrô, e depois, com a Unidade de Saúde da Mourisca, daquilo que nós falámos, ficamos com o nosso parque de unidades de saúde, eu diria que top, ao melhor nível, como devem ser todos. -----

-----O Deputado Miguel Oliveira fala-nos aqui dos anos de eleições, eu acho que sim... ó Pedro, vamos fazer eleições... vamos fazer inaugurações no Préstimo, não vamos? Vai ser um ano espetacular. No ano passado não fizemos nenhuma, atrasaste-te. Pedro, mas vamos fazer. Mas vamos fazer, a Câmara está ao lado de todas as Freguesias a fazer e, portanto, fantástico, não há problema nenhum. Também é bom, no fim dos ciclos, as pessoas mostrarem aquilo que fazem. É obra, é trabalho, é bom, é bonito e, portanto, não vejo mal nenhum nisso, bem pelo contrário. Ele já fez muitas inaugurações, muitas. Já fizemos muitas inaugurações, algumas delas em anos de eleições. Está tudo certo.-----

-----O Pedro Marques falou-nos da água, na Lombada. Eu acho que há uma obra notável que nós fizemos durante estes anos todos, durante os anos todos os Municípios aqui da nossa região, que foi a questão do abastecimento de água. Eu acho que é uma obra notável. A água que vai chegar à Lombada é a água do Carvoeiro,num sistema em rede e não é um simples furo com uma máquina infusora de cloro, não é nada disso. Estamos a falar de uma obra a sério, com altíssima qualidade, com absoluto controle da qualidade e, eu acho isto notável. E relativamente ao museu, dizer também que nós temos o projeto finalmente concluído. Também tivemos questões com a projetista, que não andou com a celeridade que queríamos, mas também temos financiamento, como eu já disse noutras ocasiões, garantido através do 20 30 para a ampliação do Museu Ferroviário de Macinhata e espero que na próxima reunião de Executivo seja um dos assuntos para nós deliberarmos a abertura do procedimento. Sr. Presidente, eu peço desculpa o tempo, mas também são muitas perguntas... poderei ser mais sintético, mas não digo tanto.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Terminou, Sr. Presidente?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sim. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Deputado Miguel Oliveira, queria usar da palavra.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Sr. Presidente, todos nós, por vezes, cometemos equívocos quando pretendemos dizer alguma coisa e nos sai outra, ou as palavras não são pronunciadas da forma que seja mais esclarecedora e dá-se ideia às outras pessoas que dissemos uma coisa que efetivamente não queríamos dizer. E nessa altura convém que se reponha os factos como eles são. Ou então acabamos neste espetáculo absolutamente inacreditável que temos assistido nos Estados Unidos e onde quer que os representantes da nova administração norte-americana estejam claramente mentindo e repetindo a mentira continuamente, até que as pessoas acabam por ficar adormecidas e deixam de contestar a mentira como aquilo que efetivamente é, uma mentira. Então vamos lá. Sr. Presidente da Câmara, comparar o Conselho de Ministros à Câmara Municipal é um lapso, foi certamente um lapso, o senhor não fez por mal. A diferença é que o Conselho de Ministros é constituído de pessoas da estrita confiança do Sr. Primeiro-Ministro, que a qualquer momento, perdendo essa confiança, as manda embora. A Câmara Municipal é constituída por Vereadores e Presidente da Câmara eleitos por sufrágio universal e proporcionalmente. O que leva a uma situação em que há pessoas que são da confiança do Sr. Presidente da Câmara e por isso recebem delegações de competências e pelouros, e outras que não. Esses habitualmente são membros da oposição. Não há paralelo absolutamente nenhum a não ser, serem dois órgãos diferentes que atuam a níveis diferentes, têm competências diferentes, têm composições diferentes. E, certamente, terá sido por lapso que fez essa comparação.-----

-----Em relação às reuniões da Câmara Municipal, por lei, obrigatoriamente, uma vez por mês, uma das sessões é pública. Em Águeda, a tradição é de haver duas sessões ordinárias por mês. E serem essas duas sessões ordinárias públicas. E, sendo públicas, estão abertas à comunicação social.-----

-----Por último, queria lembrar que é da lei das Autarquias Locais que é obrigatório e cabe ao Sr. Presidente da Câmara, salvo erro, o envio das minutas das atas, das deliberações da Câmara Municipal à Assembleia Municipal, logo que aprovadas. As minutas das atas, devem ser enviadas à Assembleia Municipal e, por extensão, aos seus membros logo que aprovadas. Afinal, é a forma mais simples de nós conseguirmos fazer um acompanhamento do trabalho Executivo. Certamente, isto poderá começar a ser feito, uma vez que não tem sido feito, poderá começar a ser feito, porque é um exemplo virtuoso para aquilo, para o mandato que se irá seguir, sabe-se lá que mandato por quem. Muito obrigado, Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Miguel Oliveira, Sr. Deputado José Vidal.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Sr. Presidente da Assembleia, o Sr. Presidente da Câmara certamente por lapso falou que, se as reuniões de Câmara fossem transmitidas, aquilo era uma bandalheira. Não compreendo, Sr. Presidente. Ou são agora e continuarão a ser uma bandalheira, o que eu não acredito, ou sendo transmitidas ainda haverá mais cuidado para que elas não sejam uma bandalheira. O que nós não temos, que somos o órgão fiscalizador do Município, eu hoje estou aqui sem poder saber nada o que se lá passou. E o que nós temos aqui hoje a discutir, são os assuntos que lá foram discutidos, as informações que lá foram prestadas, as intervenções do Sr. Presidente e dos Srs. Vereadores. E nós que temos que analisar isso e fiscalizar isso, nada sabemos. E quando o Senhor fala que eu sou um mal para a democracia, Sr. Presidente, efetivamente sou um mal para a democracia, faço perguntas. E quando temos um Primeiro-Ministro que se recusa a indicar quem são os seus clientes ou não clientes ou quem ganha, quem não ganha, aqui também pode o Sr. Presidente recusar-se a responder ou indicar-nos ou responder às questões que eu coloco. Eu não sou o mau para a democracia, Sr. Presidente. Ninguém que questiona é o mau para a democracia. Quem dá respostas é quem o pode ser. É assim os princípios da transparência, é assim que a democracia funciona. Agradeço-lhe ter respondido desta vez a quase todas as questões que nós colocámos, inclusive à da Socibeiral, e fico muito satisfeito que tenha estado a estudar a questão tal e qual como a estudou a do mercado. Só que do mercado tem dois anos e a outra tem seis anos. Mas se o senhor diz que está a estudar a situação para ver o que é que há de ser feito em relação à empresa da Socibeiral eu acredito mais uma vez e vou esperar, espero que não seja somente sentado.-----

-----Em relação ao Mercado Municipal há uma pergunta aqui objetiva, Sr. Presidente. Foi à reunião de Câmara, a aprovação de um contrato de 340.000 euros para aluguer de contentores, onde funciona agora o atual mercado. Esse aluguer de contentores, estamos em março, amanhã 1 de março, foi por 450 dias. O senhor inaugura o Mercado Municipal daqui a 6 meses, 180 dias. Gostaria de saber o porquê do aluguer de 450 dias no valor de 300 mil euros, quando na fase de execução da obra já tinha sido pago 340 mil euros para o momento da construção. Ou a culpa é da Câmara pelo seu atraso ou a culpa é do empreiteiro. Se for da Câmara temos que realmente alugar por mais tempo e porque a culpa foi nossa. Se foi do empreiteiro que se atrasou a iniciar a obra e a acabá-la, aí já não deveríamos pagar os 340 mil euros. Mas a pergunta é muito objetiva. Como é que se aluga contentores por 450 dias pela verba 300 mil euros, quando a obra é inaugurada daqui a seis meses, isto é, daqui a 180 dias. Depois são questões que uma pessoa põe. E quando estamos a falar de obras, da simplicidade ou do excesso de perguntas de uma obra destas, é que temos que lembrar que esta obra foi a candidatura por 4 milhões e meio e que neste momento vai em 9 milhões de euros. É questionável, certamente, o porquê e essas fases todas, o que é que se passou.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Em relação às viagens, o senhor começou aí a dizer que as viagens... não exijo nada das viagens Sr. Presidente porque senão exigia-lhe aqui explicações e o assumir de responsabilidade pelas despesas efetuadas pelo Município na deslocação de um convidado seu durante sete dias a Cabo Verde sem nenhuma função oficial. Eu disse-o aqui, foi o Sr. Presidente da Junta de Valongo que foi a seu convite sem nenhuma formação oficial. E é tão falso que está nas contas. Tão falso que está nos documentos que recebi e que agradeço. Portanto, estamos vistos, fez-se isso, não se repete, o senhor tem cuidado, e mais, nunca desconfiei aqui de nenhum princípio de desonestidade vossa ou de nenhum membro desta Assembleia em relação a dinheiros. Eu quando falo aqui falo em populismo, Sr. Presidente. É populismo, embora eu ache que seja legal, por exemplo, deve ser o único caso em 308 Municípios, durante 50 anos de abril, em que o Sr. Presidente da Câmara, como Presidente da Câmara, assim foi chamado, foi discursar na Missa do Galo. Ao que nós chegámos de populismo. Discurso numa Missa do Galo. Mas isso é com o Sr. Presidente da Câmara, quem não percebeu que é Presidente da Câmara e que nessa altura não deverá discursar nunca na Missa do Galo quando é chamado como Presidente. Porque nós, tal como as viagens a Roma. Não devemos ir a situações que são viagens que têm a ver com um carácter particular ou católico, que nós não somos todos católicos, não é, temos todos cada um a sua maneira de ser, isto é, dinheiros públicos. O senhor fê-lo, foi um erro, espero que não repita. O senhor fez o discurso da missa do Galo, faça o que o senhor quiser.-----

-----Outra situação, a questão dos prémios, Sr. Presidente. Nunca me ouviu aqui criticar um prémio. Sempre elogiei os prémios aqui. Sempre achei, e alguns para mim têm muito valor, que os prémios são sempre a melhoria de qualquer coisa, não correspondem à realidade concreta daquilo que se passa ... nós sabemos como é que se preenchem prémios, como é que nós ganhamos prémios. Agora, alguma coisa positiva que todos eles têm, porque senão não os teríamos ganho, seja entre 10, seja pago ou não pago, seja entre 50 e alguns como este que é um prémio importante porque vai dar um impulso, pelo menos já temos e que iremos melhorar. Portanto, para mim os prémios serão sempre agradáveis de receber. Temos que ver é que alguns têm a importância que têm. Obrigado.“-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Vidal. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor.-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----“Sr. Presidente, eu não podia ficar calado ... ponderei em vir ou não vir, mas vim porque é feio, isto só justifica por estarmos em ano de eleições e haver uma ausência completa de tudo aquilo que é normal em democracia. Portanto, é um ataque vil ao Sr. Presidente da Câmara, mais do mesmo, eu não tenho palavras, honestamente. Havia um árbitro antigamente que dizia que estava com azia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Mas eu nem isso consigo sentir, porque aquilo que alguns, eu não vou atrever-me a mencionar ninguém, mas aquilo que se faz aqui e que é feito e perpetrado por algumas pessoas, não são muitas, incomoda-me enquanto político e incomoda-me muito mais enquanto cidadão. Porque nós às vezes temos que ter aquilo que os cidadãos de caráter têm, que é, não é só falar. Temos que, quando chega a hora, mostrar aquilo que estamos a falar. Isto é só para o ar, tiros. É uma coisa... falta-me as palavras que isto incomoda-me. Perturba-me. Porque é assim há muitos anos, continua a ser, e obviamente é mau. Muito mau para a democracia, porque isto não é democracia. Isto é outra coisa qualquer que eu nem me atrevo a chamar-lhe o nome. Eu enquanto aguedense, enquanto Deputado desta Assembleia, tenho vergonha. Vergonha de pertencer a um grupo onde estas coisas se fazem desta forma. Por isso, o meu repúdio profundo por este tipo de fazer política. Não me identifico com isto, acho que não há ninguém que queria bem desta cidade, deste Município que se reveja neste tipo de atitudes e de discurso. Portanto, eu atrevo-me a dizer, é um discurso miserável, Sr. Presidente. Tenho tudo dito.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Humberto Moreira. Sr. Deputado Miguel Oliveira, faça favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----”Muito obrigado Sr. Presidente. Eu pedia ao Sr. Presidente que procurasse esclarecer a quem em concreto é que se está a referir o Sr. Deputado Humberto Moreira, porque eu usei da palavra, penso que não insultei ninguém aqui presente, bem pelo contrário. Tive com a intenção de corrigir eventual lapso, que eu acho que foi o que aconteceu da parte do Sr. Presidente da Câmara e de repor as coisas como elas são. Mas uma vez que não concretizou a quem se dirigiu, eu tenho de ficar um pouco surpreendido e até incomodado, como deve imaginar. Muito obrigado. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Compreendido, Sr. Deputado. Sr. Deputado Humberto Moreira, quer responder?-----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Claro que respondo, como estava a referir, alguns dos comportamentos que provêm da bancada do Partido Socialista, obviamente, e peço desculpa porque não pretendo generalizar, mas estes comportamentos são recorrentes, e vou corrigir, não à bancada mas ao Sr. Deputado que fez a intervenção anterior. Por isso peço desculpa porque é verdade. Tem razão, não à bancada do Partido Socialista, mas ao Sr. Deputado José Vidal, em concreto. Peço desculpa pelo lapso porque é verdade o que estou a dizer.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Julgo que está entendido. Terminou o seu tempo, Sr. Deputado. Defesa da honra... -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Deputado José Vidal:** Só me chamou de miserável.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Não, Sr. Deputado José Vidal o que o Sr. Deputado Humberto Moreira disse é que o discurso era miserável. Aliás, Sr. Deputado José Vidal, veja o que eu vou dizer. O Sr. Deputado Miguel Oliveira achou-se no direito de vir a este púlpito porque não tinha sido referenciado a quem se destinava as palavras do Sr. Deputado Humberto Moreira. Mas veja, foi exatamente porque elas foram ambíguas quanto à identidade do seu destinatário. Certo. Agora deixou de o ser. Ainda assim, na minha opinião, o facto de dizer que o discurso é miserável é quanto ao seu conteúdo. Parece-me a mim, não quanto à pessoa que o dirige. Com toda honestidade. A defesa da honra não pode servir para estas questões de trocas de galhardetes, se me permitem o respeito. Nós todos entendemos isto. Entendemos que foi dirigido a si, não foi à sua bancada, de alguma forma a sua bancada não se reviu na situação, por isso sentiu-se. Parece-me que foi o que aconteceu, não aceitou a crítica. Foi assim que eu entendi. Sr. Deputado, ouça, não vale a pena insistirmos numa coisa que não faz sentido nenhum. Eu percebo que vocês querem de alguma forma acalantar este discurso e a seguir depois vai o Sr. Deputado Humberto Moreira... percebe, não faz sentido nenhum. A sério, com toda a honestidade, não faz sentido nenhum. Quer uma interpelação à Mesa. Então vamos ver qual é a sua interpelação. Faz favor, Sr. Deputado José Vidal.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente da Assembleia, a minha interpelação à Mesa é a seguinte. Quando se dirige, o próprio Sr. Presidente estava em dúvida, quando diz que a bancada do Partido Socialista não me apoiava ou não se revia ou não disse. Portanto, daí a minha defesa da honra ... quando eu levantei a primeira vez, a minha defesa da honra era em relação ao Partido Socialista. Quando foi a intervenção do Sr. Deputado Miguel Oliveira, esclareceu e foi-me feito que era eu mesmo. E a indicação foi intervenções que são miseráveis. Intervenções que são miseráveis. Ora, eu acho que intervenções miseráveis, sendo eu que as fiz, eu tenho o direito à defesa da honra e de explicar o que é isso de intervenções miseráveis. O Sr. Presidente fica na sua decisão. Sua, que é da Mesa. Atenção, que não é sua. É da Mesa. Portanto fica na sua decisão."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Assumo a total responsabilidade disso e de consciência tranquila, acredite. Aliás, por esse patamar, nós não sairíamos daqui com defesas das honras constantes, e digo isso em consciência. Mais alguma intervenção no período antes do Ordem do Dia, antes de passar a palavra ao Sr. Presidente? Muito bem, Sr. Presidente, tem a palavra para finalizar.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal - Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente, muito obrigado e quero que entendam isto, porque aquilo que eu vou dizer, não como espicaçar rigorosamente o que quer que seja, bem pelo contrário, mas apenas e só referir uma



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

coisa muito simples. Não houve prolapso, nem por lapso. Não está nada fora, nem me enganei. O que eu quero dizer é que, se for prolapso, é porque está fora, não está? Se for por lapso também não me enganei. Aquilo que eu estava a querer dizer e atenção, tranquilos não vale a pena estarem já a pedir a palavra nem a defesa da honra porque eu ainda não disse rigorosamente nada contra ninguém... quero-vos dizer que indiscutivelmente o Órgão Executivo à semelhança do Conselho de Ministros é um Órgão Executivo, é esse entendimento que eu tenho relativamente a essa matéria só e apenas.-----

-----A outra questão que eu disse é o seguinte, o que diz a lei claramente na conjugação das duas alíneas da lei diz o seguinte: é obrigatório que uma das reuniões tenham prazo, que seja pública numa parte onde está definida a intervenção do público. Certo? Um espaço de tempo e curiosamente quero-vos dizer o seguinte temos muitas Câmaras a levar isto rigorosamente à letra e aqui à nossa volta muitas. Tal e qual, há um espaço em que há o público e o público depois é convidado a sair e vamos tratar dos nossos assuntos, é assim que se processa. E nós não, temos a porta permanentemente aberta a quem quer entrar, a única coisa que não temos é a transmissão online ou televisiva, é só isto.-----

-----Relativamente a outras questões, a minha consciência permite-me às vezes ouvir um conjunto de coisas porque tenho um tipo de formação que me permite quando alguém sob todas as vias de forma clara ou mais ou menos dissimulada me quer entregar uma prenda eu reservo-me no direito de não a aceitar e a deixar ficar nos exatos termos com quem me quer entregar, é exatamente isto que eu faço ao não responder a outras coisas. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado Paulo Tomaz, não leve mal, registei a justificação do seu atraso, antes de mais, está perfeitamente entendido. O tempo que nós temos, o período da ordem do dia foi amplamente esgotado.-----

-----**Deputado Paulo Tomaz:** Uma interpelação à Mesa.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Uma interpelação à Mesa, faça favor.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----”Muito obrigado Sr. Presidente da Assembleia Municipal. Agradeço a compreensão pelo atraso que a A1 estava cortada e daí a minha chegada bastante atrasada e pude ouvir a parte final desta primeira intervenção e algum estilo já que estamos em comparação com órgãos governativos, comparando ao que acontece na Assembleia da República pediria a distribuição ao Sr. Presidente da Câmara do disposto no número 2 do artigo 49º da lei que estabelece o regime jurídico das Autarquias Locais que reza o seguinte: “Os Órgãos Executivos das Autarquias locais realizam, pelo menos, uma reunião pública mensal, aplicando-se com as devidas adaptações, o disposto na parte final do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

número anterior.” esse sim referente à intervenção do público, o que não preclude o que está antes. Não preclude nem prolata. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Deputado, estamos a falar de reuniões do Executivo.-----

-----**Deputado Paulo Tomaz:** Exatamente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** E o que quer que eu lhe responda agora?-----

-----**Deputado Paulo Tomás:** Eu só pedi a distribuição.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, terminámos o período antes da ordem do dia, terminaram as intervenções, Sr. Presidente também já terminou?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Terminei sim.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Vamos então prosseguir a ordem de trabalhos e passamos para o período da ordem do dia. -----

-----**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**-----

-----**3.1 Eleição de um presidente de Junta de Freguesia, em representação das freguesias do Município, no Conselho Municipal de Saúde de Águeda, previsto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de Janeiro;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, neste primeiro ponto da ordem do dia temos a eleição de um Presidente da Junta de Freguesia em representação das Freguesias do Município no Conselho Municipal de Saúde previsto no artigo 9º do Decreto-Lei 23/2019 de 30 de janeiro.-----

-----Srs. Deputados eu, honestamente, não falei com nenhuma das bancadas eu não sei se há alguma proposta ou se passamos já a uma votação estou preparado para ambas as situações. Sr. Deputado Humberto Moreira. -----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----”Eu não tive oportunidade de falar com os colegas das outras bancadas todos, entretanto antes de vir manifestei ao líder da bancada do CDS, ao Miguel, que nós tínhamos um nome a indicar, tentei ligar ao José Vidal, mas não consegui depois, entretanto também chegou um pouco mais atrasado, mas não consegui falar com ele, nós temos, efetivamente, um nome a propor que é o Dr. Pedro Marques e seria o nosso candidato para a eleição que está aí em causa neste ponto. Portanto, essa seria a nossa proposta do nosso Grupo Municipal. Sendo uma eleição a partir daqui deixo com o Sr. Presidente a forma de conduzir os trabalhos, não sei se há mais, da parte do CDS sei que não havia a ideia de indicar ninguém. Da parte do Partido Socialista desconheço, mas a nossa proposta seria esta o Dr. Pedro Marques. Portanto, a partir de agora é com o Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Humberto Moreira. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----"Muito obrigado Sr. Presidente, sendo uma eleição, naturalmente, cada elemento votará como entender mas quero aqui adiantar que o Grupo Municipal do CDS apoia a designação ou a eleição do Sr. Presidente de Junta que foi referido. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigada, Sr. Deputado Miguel Oliveira, Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----"Sr. Presidente, nós bem sabemos que as maiorias existem e que os votos mandam e bem sabemos que todos temos... aliás, a referência da minha breve intervenção anterior aos nossos factos da vida que às vezes nos atrasam, mas deveria ter havido uma conversa com os outros grupos parlamentares e não é revelador do grande espírito democrático deixar-se para última hora isso e, na verdade, o meu camarada José Marques Vidal não tem ali nenhuma tentativa de chamada e, portanto, a maioria dá por adquirida a sua imposição, que por acaso traduz-se uma opção que nos parece muito correta e que vamos apoiar o Presidente da Junta de Macinhata pela pessoa que é também... mas, futuramente, o respeito democrático pediria outro comportamento. Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Paulo Tomaz. Srs. Deputados, de facto nós estamos perante uma eleição não obstante a eleição em termos formais não obriga a que a mesma seja feita por sufrágio, por voto secreto e eu deixo à consideração da Assembleia. Havendo, de alguma forma, unanimidade quanto aos grupos municipais quanto à designação do membro que será sujeito a eleição por voto, eu pergunto se eu posso colocar à votação e a votação torna-se pública e toda a gente votará de uma forma direta. Se acharem por bem e esta Assembleia entender que poderá ser feito desta forma. Se não, volto a dizer, a Mesa está perfeitamente preparada para fazer a votação por voto secreto. Portanto, a primeira questão que eu coloco é se a Assembleia aprova que a eleição seja feita por voto direto? Alguém vota contra a que se faça por voto direto?----

-----**Deputado:** Voto contra. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Vota contra, para mim é o bastante ou é por unanimidade, na minha perspectiva, ou avançamos para o voto secreto. -----

-----Srs. Deputados, vamos dar início à votação por escrutínio secreto, vamos chamar um por um. Todos se vão dirigir àquela cabine ali para votar. -----

-----De imediato, a Senhora Cristina Cruz, Primeira Secretária da Mesa da Assembleia Municipal, procedeu à chamada dos seguintes membros da Assembleia Municipal presentes:-----

-----José Filipe de Almeida Pereira; -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----José Carlos Raposo Marques Vidal; -----
-----Gabriel Alexandre Marques Abrantes de Almeida;-----
-----Mauro Ezequiel Sampaio Monteiro; -----
-----Humberto José Tavares Moreira; -----
-----Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira; -----
-----António José Pires Ferreira; -----
-----Paulo Sérgio Gomes Tomaz;-----
-----Cristina Paula Fernandes da Cruz;-----
-----Marta Isabel Pereira Gomes Soares da Costa;-----
-----João Carlos de Oliveira Coelho;-----
-----Rui Miguel Pires Moreto; -----
-----Júlia Maria Pinheiro de Melo; -----
-----Cláudia Simões da Fonseca Ribeiro;-----
-----Abílio Ferreira Gomes da Silva;-----
-----Jorge Miguel dos Santos Melo;-----
-----José Miguel Ramos Tendeiro;-----
-----Hermínio da Conceição Marques Guapo;-----
-----Gisela Valente Pinheiro;-----
-----Maura Andrea Galhande Magalhães.-----
-----Seguidamente, procedeu-se à chamada dos Senhores(as) Presidentes/representantes das Juntas/
União de Freguesias: -----
-----Irene Henriques; -----
-----Nuno Gustavo Pimenta Cardoso;-----
-----Ana Paula Moreira;-----
-----António de Oliveira Martins;-----
-----Carlos Miguel Nolasco de Lemos;-----
-----Pedro Joaquim Faria de Oliveira Marques; -----
-----Pedro António Machado Vidal; -----
-----João Fonseca Coelho; -----
-----Ana Sofia Resende Framegas; -----
-----Paulo Jorge Reis Tavares; -----
-----Luís Filipe Tondela Falcão. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados eu julgo que não faltará ninguém. Fizemos pela lista de presenças, portanto, concluídas que estejam as votações vamos proceder à abertura da urna e à contagem dos votos e, entretanto, já comunicaremos o resultado. -----

-----Da votação apurou-se o seguinte resultado:-----

-----24 votos – Presidente da Junta de Freguesia de Macinhata do Vouga;-----

-----2 votos – Presidente da União de Freguesias de Belazaima do Chão, Castanheira e Agadão;-----

-----1 voto – Presidente da Junta de Aguada de Cima;-----

-----1 voto – Presidente da União de Freguesias de Águeda e Borralha;-----

-----1 voto – Presidente da União de Freguesias de Barrô e Aguada de Baixo; -----

-----2 votos – Presidente da União de Freguesias de Recardães e Espinhel;-----

-----1 voto nulo.-----,

-----Face ao resultado da votação, foi eleito o Sr. Presidente da Junta de Macinhata do Vouga, o Dr. Pedro Marques para representar as Freguesias no Conselho Municipal de Saúde. -----

-----Ultrapassado o primeiro ponto do período da ordem do dia, vamos passar ao segundo ponto da ordem do dia.-----

-----**3.2 Tomada de conhecimento do Relatório Anual de Avaliação da Atividade 2024 da Comissão de Proteção de Crianças e Jovens - CPCJ de Águeda;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** O Sr. Presidente, como habitual, da CPCJ de Águeda está presente na sala, eu vou convidá-lo a fazer uma breve apresentação do relatório e, entretanto, os Srs. Deputados depois teremos um momento para poder colocar questões sobre o mesmo. Sr. Enfermeiro Alexandre, por favor.-----

-----**Presidente da CPCJ de Águeda - Enfermeiro Alexandre Oliveira:**-----

-----"Boa noite, cumprimento todos os presentes e obrigado pelo convite. A lei prevê que o relatório seja apresentado e entregue aqui na Assembleia Municipal e também à Procuradoria e à Comissão Nacional que nos superintende em termos de intervenção. -----

-----Em termos de Assembleia Municipal eu penso pelo que temos estudado que o relatório é entregue aqui por três motivos, um dos quais o apoio ao funcionamento que o Município está por lei obrigado a dar, criar condições ao apoio logístico e funcionamento da CPCJ, o segundo porque também contribui com um elemento para com uma entidade obrigatória na comissão restrita para gestão de processos e o terceiro a responsabilidade de todos na avaliação da questão social que leva a que haja crianças que sejam sinalizadas. No âmbito destas três questões faz todo o sentido eu ter sido convidado para clarificar ou para estar disponível para prestar alguma declaração sobre o que vos foi distribuído. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Eu não vou estar aqui a apresentar os números porque os números são o resultante material daquilo que nós fazemos e vou fazer apenas aqui duas ou três análises do que foi o nosso ano na CPCJ. Foi um dos anos mais difíceis para nós, não só pelo aumento do número de sinalizações, também pelo aumento da complexidade das situações que têm a ver com vários motivos e este Concelho tem crescido e o crescimento traz custos e nós temos sentido algumas dessas questões. O aumento das sinalizações relacionadas com a violência doméstica e o impacto que isso tem nas famílias, não só na criança, não só no jovem, mas em toda a família e depois em toda a dinâmica que se estabelece a seguir e a relação que tem na vivência das crianças em todas as áreas onde elas circulam e outro, que tem a ver com o nosso trabalho direto que é a diminuição do número de horas para trabalhar o volume processual que nós temos aqui em Águeda, portanto, temos muito menos horas, temos 77 horas a menos por semana do que está preconizado relativamente aos técnicos e aos comissários que trabalham na gestão de processos. -----

-----Em termos de aspetos que nós valorizamos tenho que começar pelo profissionalismo e a disponibilidade de todos os técnicos que trabalham na CPCJ que se não fora isso nós não conseguíamos dar resposta às situações que nos são apresentadas em termos de avaliação, em termos de acompanhamento, em termos de tentativa de resolução das dificuldades que estas crianças passam no sentido de irmos ao primeiro princípio que a lei confere que é o seu superior interesse. -----

-----A atividade das entidades com competência em matéria de infância e juventude que serão as escolas, as IPSS, a GNR, o trabalho que é desenvolvido por elas em termos de prevenção, deteção, de apoio, de respostas, de acompanhamento às situações que nós temos, o próprio SAS, a atividade e a resposta que têm dado tem sido fantástica e permite-nos também além do incentivo que dá ao nosso trabalho também dá respostas concretas que ajudam a resolver muitas das situações que nos passam ali. E claro uma das questões que eu falei no início a resposta do Município relativamente ao apoio, ao funcionamento também tem sido adequado e tem dado resposta às solicitações e aos desafios que temos encontrado. -----

-----Em termos de desafios para este Concelho temos aqui duas ou três questões. A primeira é a prevenção na área social nomeadamente no que diz respeito a nível da parentalidade responsável que minoraria bastante alguns dos problemas que nos são sinalizados e que dariam resposta em termos de soluções também àquilo que nós encontramos em termos de crianças que são sinalizadas. E também a questão da violência doméstica vocês têm os números nos relatórios, os números da violência doméstica este ano dispararam outra vez e, portanto, é uma das áreas em que a intervenção que já existe no Concelho deve continuar a acontecer e, eventualmente, até ser



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aumentada. O outro desafio é o nosso número de horas afetas à gestão de processos. Nós temos muito poucas horas em termos de disponibilidade de técnicos para trabalhar connosco, há aqui algumas perspetivas de melhorar, estamos a aguardar esse trabalho está a ser feito a nível da Presidência, também a nível do Município e, aguardamos que esta mudança também aconteça.-----

-----Os números que foram apresentados estão lá, são os números e os dados que a gestão a nível nacional nos permite tirar e que foram disponibilizados, não refletem de todo o sofrimento que as crianças com o processo e com dificuldades a este nível remetem, os números são uma coisa muito fria e que não dão nota do trabalho, da intensidade, das dificuldades e do sofrimento que quer as crianças quer as famílias quer nós próprios técnicos que, por vezes, nos defrontamos. E essa era uma coisa que eu queria também hoje deixar aqui, os números são necessários permitem-nos tomar decisões, permitem-nos orientar recursos, no entanto o trabalho na CPCJ vai muito além dos números tem a ver mais com a relação e a relação não se traduz em uma ou duas horas ou em 15 minutos ou 20 minutos de contacto com esta ou com aquela pessoa, tem a ver com relações, com esse estabelecimento dessa relação que pode vir a fazer a diferença na vida de todos e, é um investimento pessoal e eu tenho aqui a dizer que todas as pessoas que estão a trabalhar na CPCJ primam por promover e desenvolver essa relação e, por isso, conseguimos suprir a dificuldade que temos em termos de horas para gerir todos estes desafios. -----

-----Estou disponível para responder a alguma questão, a alguma dúvida ou abordar a questão dos números que estão e que foram divulgados junto de vós, obrigado. "-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Enfermeiro Alexandre. Srs. Deputados perante o documento que seguiu junto com os demais documentos preparatórios desta Assembleia e, depois desta nota explicativa do Sr. Presidente da CPCJ, Srs. Deputados alguém quer intervir neste ponto? Sr. Deputado José Vidal, por favor. Sr. Enfermeiro, vamos aguardar um bocadinho, entretanto, eu voltarei a chamá-lo.-----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da CPCJ, na sequência daquilo que já tínhamos aqui visto no ano anterior o relatório indica-nos que a situação em Águeda e isso também é um bocado transversal no país tem-se vindo a alterar há uns anos para cá sendo o problema da violência doméstica o mais gravoso. E ultrapassando e muito qualquer negligência e como falou o Sr. Presidente e bem a violência doméstica tem influência depois sobre a criança, mas não naquele momento, mas em momentos futuros sobre os seus comportamentos, sobre mais tarde a violência no namoro, sobre mais tarde a reprodução de novos atos de violência doméstica. Claro que a aceleração que já se verificava aumentou com a questão da pandemia e todos esses traumas e quem



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

leu e esteve atento viu que os psicólogos e psiquiatras indicaram logo que os grandes problemas se iriam passar quatro a seis anos depois da pandemia. Portanto, há um momento em que nós interiorizamos as situações e depois começamos a ter comportamentos adequados. -----

-----Neste caso da CPCJ diretamente, a CPCJ é uma entidade única, uma entidade totalmente autónoma em que nós temos que confiar e confiamos nos membros que participam na mesma nas suas decisões são decisões que não podem ser, se lermos bem a lei, não podem ser contraditadas por mais ninguém. Eu costumava dar o exemplo, uma decisão da CPCJ o Sr. Presidente da República tem que cumprir. Uma decisão do Sr. Presidente da República, a CPCJ só o faz se assim entender. Para verem o grau de autonomia e de responsabilidade dos técnicos. Com estes números é verdadeiramente assustador que a CPCJ tenha neste momento cinco membros efetivos, é o mínimo dos mínimos nas comissões restritas, deveria ter no mínimo sete para haver maior diversidade, maior poder decisório. E o problema põe-se, como isso já se pôs no ano passado e, durante um ano não melhorou Sr. Presidente da Câmara na participação da Câmara no âmbito da CPCJ por dificuldades de técnicos que a Câmara efetivamente terá, mas já passou um ano e não se resolveu a situação. No ano passado a técnica da Câmara tinha sete horas de intervenção na CPCJ e é uma das entidades obrigatórias e responsáveis, neste momento tem sete horas também, portanto, não houve nenhuma melhoria ao longo dos anos nesta situação. É uma das coisas que cabe à Assembleia aconselhar a Autarquia a tentar, dentro do possível, resolver rapidamente esta situação porque sete horas é muito pouco. Também temos entidades externas que são as IPSS que estão agora também debaixo das competências da Autarquia em que o Centro Social da Borralha e de Aguada de Baixo cedem duas técnicas das suas horas, pagando eles próprios cediam duas técnicas três horas cada um, três horas e meia para a CPCJ. Ora, neste momento isso cabe à Câmara, a Câmara essa cedência continua idêntica, portanto, estas horas são pagas no âmbito da Segurança Social, mas a Autarquia é que tem a sua responsabilidade. Há também aqui uma possibilidade não tendo técnicos da Câmara ver se conseguem que estas duas técnicas que têm três horas e meia, por exemplo, passassem a um dia, passassem a sete horas e cada uma delas já melhorava qualquer coisa. Mas, melhorava qualquer coisa porque nós sabemos que estes técnicos nenhum deles trabalha três horas e meia nem a técnica da Câmara trabalha sete horas, senão aquilo não funcionava. Para o volume processual que eles têm... eu estive lá e já tinha muito, hoje têm muito mais, é admirável o esforço que eles fazem neste momento para manter a parte administrativa de um processo em ação, porque a parte operacional, certamente será prejudicada por isso. Portanto, um alerta à Câmara para tentar de todas as maneiras, ou um novo técnico ou àqueles que já lá têm, da sua responsabilidade, se pode ou não aumentar as horas porque é, efetivamente, uma carga demasiado grande. O meu elogio aos técnicos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

da CPCJ, conheço a maior parte deles e o trabalho que desenvolvem, pelo esforço que lhes permite manter minimamente organizado e aí atuando a CPCJ.-----

-----Em relação ao Sr. Presidente da CPCJ, queria chamar a atenção, não sei se é verdade ou não, mas tive conhecimento de várias comunicações de violência doméstica, por exemplo, fora outras, feitas pela GNR diretamente aos tribunais. Ora, a GNR tem por obrigação legal fazê-la no mesmo momento ao Tribunal e à CPCJ, visto que a CPCJ é muito mais ágil e tem muito mais capacidade de intervenção de imediato do que ir para o Tribunal perder-se lá na análise e como acontecia no meu tempo e em algumas vezes agora, chega-nos um mês ou dois meses depois à CPCJ, portanto, é mais difícil a sua atuação. Isto é um alerta que o Sr. Presidente da CPCJ deveria ter, se assim o entender, em atenção. Também falei ... e sei que o Sr. Presidente da Câmara talvez e a Sra. Vereadora estão atentos a isso, na questão da manutenção do edifício que está com grandes graus de degradação, já é antigo e acho que têm andado a tentar isso.-----

-----E por último, uma coisa que acho que me lembro há 10 anos, no meu tempo já estava, já saí há 10 anos, portanto, há 11 anos que nós andamos a falar numa viatura descaracterizada para a CPCJ. Existem muitas CPCJ no país, falámos aqui quando a Câmara tivesse a oportunidade de trocar de carro, que deixasse um carro de cinco lugares, que seria descaracterizado, para a CPCJ, quando fosse arranjar novos veículos, visto que a maior parte das deslocações são internas, quando são externas pedirão certamente outro tipo de carros, se assim o entenderem, mas a questão do veículo descaracterizado torna muito mais ágil a questão de que eu vou ali ou não vou ali, se vou no meu ou não. Continuam os técnicos da CPCJ a andar às vezes nos seus carros, e às vezes até é uma questão de comodismo, termos que sair da CPCJ, ir à Câmara buscar o carro, ver se está livre, se não está livre, vir... portanto, facilitava quando houver uma troca de um veículo antigo por um novo, esse antigo deveria, na minha opinião, somente ser visto se poderá ficar ou não na CPCJ. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Vidal. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Não? Muito bem. Uma questão de organização, julgo que o Sr. Presidente, Sra. Vereadora, quem tomará a palavra de voz, se é que pretendem intervir, o Sr. Presidente da CPCJ depois finalizará, digo eu. Está bem? Pode ser, Sr. Presidente? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal - Jorge Henrique Fernandes Almeida:** -----

-----”Sr. Presidente, muito obrigado. E antes de mais, agradecer e agradecer penhoradamente, ao Sr. Presidente da CPCJ e na sua pessoa, a todos os membros da CPCJ, o trabalho que realizam, um trabalho extremamente sensível porque por trás dos números, os números são exatamente números, mas por trás dos números temos que nos lembrar sempre que há uma criança. Cada



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

número daqueles é uma criança. E, estamos a falar de qualquer coisa que exige uma sensibilidade muito grande para quem lida com estes processos. Eu começava exatamente por aí porque eu acho que a própria Associação Nacional de Municípios neste momento tem um debate e estamos neste momento a juntar um conjunto de opiniões. Penso, penso não, tenho a certeza, a Sra. Vereadora já falou inclusivamente com o Sr. Presidente da CPCJ também para nós deixarmos bem vincada a nossa opinião, porque eu acho que se impõem alterações ao modelo de funcionamento das CPCJ. Efetivamente, precisamos de técnicos e técnicos que vão além da colaboração de técnicos por diversas entidades e antes tínhamos indiscutivelmente pessoas altamente preparadas para lidar com este tipo de situações e a tempo inteiro, sem restrições de outro género. O Município está atento às necessidades, indiscutivelmente, e estamos com toda a intenção de em breve reforçarmos o quadro de apoio, mas que fique aqui bem notório, porque às vezes parece que passamos a informação que esta responsabilidade cabe por inteiro ao Município, não é o Município que é responsável pela dotação de técnicos para a CPCJ. E também nas várias entidades que devem colocar técnicos, notamos a dificuldade, uma dificuldade que dificilmente não tem vindo a ser colmatada, da colocação dos técnicos correspondentes em conformidade com aquilo que a lei preconiza.-----

-----Uma nota para as instalações, temos vindo a conversar também com o Presidente da CPCJ relativamente a esta matéria, nós vamos avançar para uma intervenção no edifício porque começamos logo pelo telhado e o telhado obriga a uma cobertura completamente nova e depois obras significativas no edifício que neste momento, como bem sabem, além da CPCJ, também alberga outros serviços de outras instituições que funcionam aqui no nosso Concelho. -----

-----Uma nota que posso partilhar convosco, neste momento, porque havia um certo impasse com o ICNF, nós estamos atentos a algo que está a acontecer à Casa das Florestas, ali perto do Canhão. Aquela Casa das Florestas está-se a degradar todos os dias, tem uma utilização rudimentar por parte do ICNF, que agora nos vieram dizer inclusivamente que iam lá pôr uma brigada de sapadores, e, o edifício é muito mais do que isso, está com aquela localização que ali temos e sobretudo é um edifício público que nós não queremos ver em ruínas muito em breve porque, volto a dizer, o estado de degradação está a avançar e portanto é por aí. Estamos a tentar fazer um acordo com o ICNF para que a Câmara possa utilizar o edifício. Por todas estas questões que estamos aqui a dizer e naturalmente já nesta fase aproveitarmos porque vamos ter temporariamente de colocar, quando avançarmos para as obras naquele edifício onde está alojado a CPCJ e o outro serviço ao lado, temos que os alojar em algures e, rapidamente podíamos fazer um 2 em 1, que nos permitia avançar rapidamente. Estamos a tratar da elaboração de projeto, num projeto de intervenção, volto a dizer, é um projeto com alguma profundidade e, portanto, estamos apostados nisso.-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Uma vez mais, muito obrigado, porque nunca são demais os agradecimentos que nós fazemos a quem se dedica, da forma que se dedicam os membros da CPCJ, a estas crianças que passam por este tipo de tribulações na vida. Muito obrigado, Sr. Presidente.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da CPCJ, e porque lhe foi colocada uma questão ali pelo Sr. Deputado José Vidal, agradecia então que voltasse ao púlpito.-----

-----**Presidente da CPCJ de Águeda - Enfermeiro Alexandre Oliveira:**-----

-----“Muito obrigado. Então, duas notas. Primeiro, agradecer o reconhecimento e farei chegar aos colegas, do reconhecimento dado aqui em público e, é sempre um reforço e uma importante ajuda à nossa confiança no trabalho realizado. -----

-----Em relação à questão da violência doméstica e a comunicação da GNR, há uma indicação da Procuradoria para que as comunicações da violência doméstica sejam comunicadas à CPCJ apenas com a indicação do nome da criança, dos progenitores e a dizer que é uma situação de violência doméstica. Não vem a informação nem a descrição do que aconteceu. Isso é remetido para o Tribunal, ou de família e menores, ou em conjunto para o DIAP, ou para um, para o DIAP, ou para os dois. E só depois é que vem, a pedido nosso, o auto de notícia. Isto cria um lapso, tempo, em que nós não sabemos o que é que aconteceu na situação de violência doméstica. Se é uma queixa por uma situação de violência doméstica que está a acontecer há 20 anos ou de duas ou três situações mais graves e entretanto há decisões que se tomam na vida para se fazer mudanças e faz-se uma queixa de violência doméstica ou se é uma situação, como eu costumo dizer, de faca e alguidar, premente, de intervenção logo de imediato. A GNR tem muito mais sensibilidade do que tinha há muitos anos atrás e nesta situação de mudanças da lei, portanto, nós também temos sempre alguma confiança de que, sendo situações gravosas, a GNR também intervém. No entanto, depois de termos lá o nome da criança, nós somos corresponsáveis e precisamos ter essa informação o mais célere possível. E é este delay temporal que ainda continua a acontecer. Por isso, muitas vezes nós avançamos para fazer as chamadas diligências sumárias que a lei prevê, para identificar situações de risco no momento que nos permitam decidir se aguardamos e fazemos o processo que a lei recomenda ou se avançamos para intervenções mais urgentes que têm outro caráter. Mas sim, há aqui um delay na comunicação da informação à CPCJ. Isso existe e é uma recomendação da Procuradoria.-----

-----A questão dos técnicos, sim. Nós se tivermos 7 técnicos, como já tivemos na CPCJ, temos, como compreenderão, uma pluridisciplinaridade de contributos que aumentam a confiança da decisão. Portanto, tendo 5, há 5 pessoas a colaborar e tendo 7 serão 7 e, há essa diferença. Claro que o número de horas também aumenta e tudo isso ajuda. Neste momento temos 5, como disse o Sr. Presidente, esse trabalho tem vindo a ser feito de comunicação entre nós, há aqui possibilidades de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

mudanças e de melhoria, portanto, estamos a aguardar, está a ser feito, não é com a velocidade que nós gostávamos, mas está a acontecer pelo menos essa avaliação e essa orientação. E como disse também, relativamente ao edifício, isso também está a ser trabalhado, portanto, há muito trabalho por trás que está a acontecer, que não é visível, mas faz parte das relações e portanto, é o que temos.

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Enfermeiro Alexandre, eu peço-lhe só um compasso de espera. O Sr. Deputado Miguel Oliveira quer-lhe colocar ali uma questão, que certamente não se recordou há pouco e aguardava só para lhe responder. Sr. Deputado, por favor.-----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS–PP:**-----

-----"Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente da CPCJ, os nossos cumprimentos, muito obrigado pelo relatório que envia e, na sua pessoa, agradecemos naturalmente todo o trabalho extraordinário feito pela CPCJ. -----

-----Neste relatório, nos números que nos enviou, eu noto um aumento significativo pronunciado dos reportes feitos pelas autoridades policiais, face àquilo que era habitual nos outros anos. O que eu lhe queria perguntar era apenas isto, e é só para ficarmos mais ilustrados sobre isto, se houve alguma espécie de alteração, talvez uma maior sensibilidade por parte das autoridades policiais ou terão elas passado a ser mais solicitadas, o que é que, na sua opinião, explica este aumento dos reportes policiais? Muito obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Miguel Oliveira. Sr. Enfermeiro Alexandre, por favor.-----

-----**Presidente da CPCJ de Águeda - Enfermeiro Alexandre Oliveira:**-----

-----Sim, isso verificou-se bastante, uma das razões já foi falada, é a questão da sinalização da violência doméstica, do aumento das situações de violência doméstica, porque a situação da violência doméstica é uma lei que veio tentar dar uma resposta mais célere e protetiva a todas as pessoas vítimas de violência doméstica, sejam adultos, sejam crianças, e configurou, mais recentemente, num duplo crime, se assim o podemos dizer, que é a situação de violência doméstica entre adultos, neste caso com filhos, ou com presença de crianças no agregado, e que configura também crime contra as crianças. Ou seja, todas as situações de violência doméstica reportadas com existência de crianças que tenham presenciado ou não, obrigatoriamente são sinalizadas à CPCJ para avaliação. E portanto o número vai aumentando porque tem vindo a ser cumprido cada vez melhor e com menos falhas essa sinalização da GNR ou da PSP à CPCJ. E portanto esta é uma das questões. Há aqui uma diminuição também perceptível nalgumas das sinalizações que existiam anteriormente que faz também com que perceptivelmente seja mais alto este valor do que os outros. Nós temos feito trabalhos junto de todas as entidades com competência em matéria de infância e juventude, quer na



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

saúde, quer nas escolas, quer em algumas IPSS, no sentido de sensibilizar que a proteção de crianças e jovens não cabe apenas à CPCJ. A lei é clara, a CPCJ está num nível de intervenção entre estas entidades e o Ministério Público e, portanto, se todos fizermos um bocadinho a nossa parte, é evidente que os números poderão não chegar tão depressa à CPCJ. Se fizermos nós a avaliação, estamos a ultrapassar fases de prevenção e de intervenção menos invasiva, como já foi falado, como é o da CPCJ, que tem outras características e impacta mais depois também junto da família. Portanto, há aqui esta questão, mas, respondendo mais objetivamente, a questão da violência doméstica, com presença de crianças, faz disparar os números da autoridade policial.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Sr. Enfermeiro Alexandre. Não sem antes lhe dar nota, em meu nome pessoal e, certamente, em nome de todos os membros desta Assembleia, agradecer o trabalho meritório e de enaltecer, de facto, o empenho com que a instituição da Comissão de Proteção de Jovens tem neste Concelho, tido uma importância crucial na estabilidade daqueles que, de alguma forma, estão mais desprotegidos no que respeita aos menores propriamente dito e, obviamente, às famílias que os compõem. Muito obrigado. Agradeço também que transmita aos demais intervenientes. Muito obrigado.-----

-----**Presidente da CPCJ de Águeda:** Obrigado e boa noite. Continuação de bons trabalhos. Muito obrigado.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Ora, Srs. Deputados, vamos então prosseguir. -----

-----**3.3 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável (PMUS) de Águeda;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Eu tenho conhecimento que estão técnicos aqui nesta sala, no sentido de proceder à apresentação deste Plano de Mobilidade, aos quais peço o favor de se aproximarem. Julgo que irão fazer a apresentação também aqui no púlpito. Muito obrigado.-----

-----**Engenheiro Miguel Lopes - Representante da empresa OPT – Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.:**-----

-----“Boa noite a todos. Quero agradecer a todos os presentes por estarem aqui, e pela oportunidade também que nos foi dada aqui, a confiança que nos foi depositada pelo Município de Águeda, para o desenvolvimento deste plano de mobilidade urbana sustentável, e este é um passo importante, porque, no fundo constitui o passo final na elaboração e no desenvolvimento deste estudo.-----

-----Este estudo foi desenvolvido pela OPT, uma empresa que já trabalha há mais de 30 anos na área da Mobilidade, sediada no Porto. E este plano foi um dos vários planos de mobilidade urbana sustentável da segunda geração, que estamos agora a desenvolver. E Águeda é um dos primeiros Municípios em Portugal a ter este plano com estas diretrizes do IMT. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Este foi um processo relativamente longo, que começou já em 2023, com a primeira reunião deste projeto, e que se seguiram diferentes fases. A primeira versão do diagnóstico data quase do final de 2023. Depois, o processo foi sofrendo, naturalmente, atualizações. Isto para dizer que, naturalmente, que o documento que estamos aqui a aprovar hoje, propriamente a componente do diagnóstico, reflete a realidade do Município de Águeda naquele momento de elaboração do diagnóstico e, naturalmente, que já teremos alguma evolução nesse sentido, o que é natural e é bom, porque mostra que o Município está a trabalhar ativamente nesta questão da mobilidade sustentável. Seguiram-se, depois, diferentes fases, relacionadas com o desenvolvimento da estratégia, e depois o detalhe da execução desta estratégia. Tivemos dois momentos de participação pública, e que nos ajudaram, no fundo, a reforçar a estratégia com os contributos da população, porque, naturalmente, este é um processo essencial. Sem a participação da população e sem o conhecimento da população, por muitos dados que nós, técnicos, tenhamos e que temos capacidade de analisar, o contributo da população é sempre essencial.-----

-----Aqui, vemos alguns dos exemplos de todos os diferentes aspetos do diagnóstico que foram tratados, não vou aqui entrar em detalhe. Mas só para referir que foi, de facto, um diagnóstico exaustivo, e que cobriu todas as áreas que têm impacto no sistema de mobilidade, desde a questão do uso do solo, às características da infraestrutura viária; a questão da sinistralidade rodoviária também foi, naturalmente, uma preocupação. E depois, isto ajudou-nos a construir, então, o diagnóstico. -----

-----Eu apresento aqui só alguns breves indicadores, indicadores centrais, que estão, naturalmente, plasmados no território, mas que, por exemplo, têm um impacto irrelevante na mobilidade aqui no Concelho. Para começar, a questão do envelhecimento da população. Nós temos cerca de um quarto, praticamente um quarto da população residente em Águeda, isto nos Censos de 2021, com 65 ou mais anos de idade. Portanto, esta população tem, naturalmente, necessidades de mobilidade muito específicas, e que têm de ser atendidas de uma forma diferente da mobilidade da população ativa, ou da mobilidade dos jovens. Por outro lado, Águeda é um Município que beneficia da sua indústria, naturalmente, e que atrai população dos Concelhos vizinhos para trabalhar em Águeda. Portanto, temos aqui este rácio de 1,4, o que quer dizer que temos mais entradas diárias em Águeda do que temos saídas do Concelho. Por outro lado, entre 2011 e 2021, tivemos uma ligeira perda populacional. Esta situação é transversal a todos os Municípios em Portugal, praticamente são muito mais os Municípios que perderam população do que aqueles que ganharam, e isto mostra também que há um esforço a fazer, para invertermos esta tendência e que, naturalmente, associado ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

envelhecimento progressivo da população, leva-nos a ter mais atenção, e quando planeamos, de facto, o futuro da mobilidade num determinado território. -----

-----De referir também que, apesar de Águeda ter uma tradição na indústria do fabrico de bicicletas, a repartição modal é altamente favorável à utilização do automóvel. 80% das deslocações pendulares em Águeda são feitas em automóvel. E se queremos, de facto, tornar o sistema de mobilidade mais sustentável, temos de reduzir obrigatoriamente esta repartição. -----

-----Depois, por exemplo, olhando para os mais de 1000 km da rede viária de Águeda, vemos que 85% não têm passeios. Não podemos esperar que, naturalmente, toda a rede viária do Concelho, especialmente nas zonas mais rurais, tenham passeios em toda a sua extensão, mas, naturalmente, que se queremos proporcionar condições de segurança para as pessoas poderem circular a pé, para as pessoas poderem caminhar, para as pessoas poderem utilizar mesmo a bicicleta, temos de ver que, de facto, a questão dos modos ativos da infraestrutura é essencial. E temos, de facto, 62 km de rede ciclável, é um valor que está acima da média nacional. Posso dizer que há muitos Municípios de grande dimensão em Portugal que não têm uma rede viária ciclável tão extensa como Águeda, e isso é, naturalmente, um fator positivo a ter em conta. -----

-----Temos também uma oferta grande, é verdade, de números de lugares de estacionamento aqui no centro de Águeda, mais de 2.000 lugares, 2.200 lugares em parques de estacionamento aqui, no centro de Águeda. Por um lado, podemos pensar que é mau, porque estamos a incentivar o uso do automóvel; mas, por outro lado, podemos ver numa perspetiva de como é que podemos otimizar esta infraestrutura, para que a parte final do percurso possa ser feita a pé, ou em bicicleta, ou até em trotinete. Há toda uma questão de complementaridade de modos de transporte, atualmente, que temos de pensar. -----

-----Depois, temos a rede de transporte público, a rede de Busway, que, na altura da elaboração deste relatório, era uma novidade, tinha acabado de entrar em funcionamento. E, apesar de termos 21 linhas no Concelho de Águeda, notamos que há uma percentagem significativa da população que não está coberta por esta rede, quase 40%. E por ser uma rede muito formatada para o transporte escolar, principalmente fora do centro, quando chega a altura de férias escolares, deixamos de ter acesso, as pessoas deixam de ter acesso ao transporte público. Portanto, este valor acresce para mais de 50%. É preciso ver de que forma é que podemos melhorar o acesso da população que não tem acesso ao transporte público, que passe a ter, e que passe a ter uma alternativa ao automóvel. Naturalmente que esta elevada taxa de utilização do automóvel, associada a uma infraestrutura viária que tem uma carência significativa de passeios, tem um impacto natural na sinistralidade rodoviária. E no período de 5 anos, entre 2018 e 2022, tivemos 12 vítimas mortais em acidentes de



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

aviação, aqui no Concelho de Águeda. Essas vítimas, naturalmente, que são uma consequência dos comportamentos da população, mas muito também do sistema de mobilidade e dos hábitos de mobilidade que a população tem. -----

-----E depois, também a questão do ruído, muito associado também à elevada taxa de motorização, com 35% da população a residir em áreas com níveis superiores aos limites legais que estão definidos por lei.-----

-----O que é que nós podemos aqui tirar, então, deste diagnóstico? -----

-----Em termos gerais, temos um conjunto de núcleos residenciais, que são só residenciais, portanto, não têm qualquer comércio, não têm qualquer equipamento de apoio, força as pessoas a fazer deslocações de dimensão significativa, de extensão significativa e, portanto, por norma, a utilizar o automóvel. Pelo menos aqui, que o modelo de desenvolvimento de Águeda também é propício, não é só a questão dos comportamentos da população, é mesmo porque o território assim o exige. Por outro lado, temos, por exemplo, núcleos industriais de dimensão significativa, próximo aos grandes eixos viários. Portanto, isto é positivo, porquê? Porque permite à indústria ser competitiva, naturalmente e, ao mesmo tempo, canaliza o tráfego de pesados rapidamente para as vias de maior capacidade. Portanto, não há aqui tanto conflito com as vias residenciais, as vias de acesso local, onde não queremos ver os pesados. Claro que há alguma indústria espalhada pelo Concelho, mas temos, de facto, grandes zonas industriais próximas do IC2, principalmente do IC2, e isto é um ponto positivo em termos da estrutura urbana.-----

-----Depois, temos a linha do Vouga. , A linha do Vouga é uma linha que tem um potencial que, no nosso entender - e que já vamos ver aqui à frente também -, portanto, tem um potencial que não está a ser explorado no seu todo, não só em termos de utilização de infraestrutura, mas daquilo que o território pode ser à sua volta. Nós temos alguns núcleos, já de cariz até um pouco histórico, que se foram desenvolvendo à volta da linha, que já existe há muito tempo, mas existem muitos territórios sem edificação, expectantes à volta desta infraestrutura de transportes e que podem ser utilizadas... este território pode ser pensado numa lógica de valorizar a importância do transporte público, como a ferrovia, que não tem comparação com o transporte por autocarro, naturalmente. É um meio de transporte muito mais competitivo, muito mais confortável, mas muito limitado ao desenvolvimento da linha férrea, naturalmente. -----

-----Como já referi, a questão dos passeios, que estão inexistentes em várias extensões; a rede ciclável que, apesar de ter mais de 60 km, em grande medida, não aposta em soluções de segregação e, portanto, reduz a segurança da sua utilização; as medidas de acalmia de tráfego, como as Zonas 30, as Zonas de Coexistência, as lombas, as passadeiras sobrelevadas, que têm, naturalmente, de ter



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

uma maior disseminação pelo território. A zona central, o centro de Águeda, que é um núcleo relativamente compacto, é verdade, e isso favorece a utilização dos modos ativos, pese embora a questão da topografia, portanto, que é uma subida constante desde o rio até lá acima. E isso é uma questão também a ter em conta. Mas, por outro lado, o que identificámos é que quase podemos dividir o território em dois. Portanto, a metade oeste tem declives, na sua maioria, relativamente reduzidos; e depois, quando olhamos para o lado este, para o lado nascente, aí sim, a topografia muda completamente. E, para a questão dos modos ativos, torna-se um desafio, ou mesmo até uma impossibilidade. No transporte público, temos aqui várias ineficiências na cobertura da rede. Como já referi, a questão da falta de cobertura de alguns núcleos essenciais, a questão da articulação dos horários mais para a mobilidade escolar, e não para a mobilidade dos trabalhadores, e a desconexão entre o autocarro e a ferrovia.-----

-----Em relação à circulação, há alguns pontos aqui importantes. Temos o atravessamento do centro de Águeda pela Nacional 1, mesmo pelo centro, não é? E tráfego de ligeiros, de pesados, que não têm como origem ou como destino o centro de Águeda e, naturalmente, isso não contribui, quer para a segurança das pessoas que aí circulam a pé, ou mesmo de carro, ou mesmo de bicicleta... e quando já temos um conjunto de vias estruturantes que contornam o centro de Águeda, mas que não são a alternativa clara, o estacionamento ilegal também é uma situação a ter em conta, principalmente sobre as ciclovias, as faixas cicláveis, não tanto sobre os passeios. Pelo menos pelo diagnóstico que nós identificámos, é principalmente nas vias cicláveis, o estacionamento em segunda fila. O número reduzido de lugares de cargas e descargas, que é importante para a atividade comercial, principalmente aqui no centro de Águeda; e depois, como já referi, a elevada oferta de estacionamento em parques, que têm pontos positivos e pontos negativos. -----

-----O desígnio deste plano de mobilidade urbana e sustentável foi de inverter a pirâmide de mobilidade atual, que coloca os utilizadores mais vulneráveis, os peões, os ciclistas, com aqueles com menos importância, com menos peso, nas decisões que são tomadas na gestão da infraestrutura de mobilidade. E quando queremos inverter isso e queremos colocar os peões com maior relevância, com maior peso, nos investimentos, nas decisões, nas preocupações que são dadas na gestão da infraestrutura. E depois é um conjunto de desígnios complementares: aumentar as viagens a pé, humanizar o espaço público, incentivar o uso da bicicleta, promover o transporte público, tornar as viagens mais curtas, também para perceber numa lógica de aproximar as pessoas das atividades, dos locais de trabalho, dos locais de ensino, disciplinar o estacionamento, reduzir a sinistralidade, desviar o tráfego do centro da cidade e promover a participação pública. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Nós desenvolvemos, uma estratégia que está a alicerçar nos objetivos centrais e em quadros estratégicos que vemos aqui, um deles mais virado para a questão do território, tentar inverter, isto é um desígnio a longo prazo, mas o PMUS pode começar a estabelecer as bases para que a cidade se comece a densificar nas zonas, onde existem condições para promover as alternativas ao uso automóvel e assim conseguir orientar o sistema de mobilidade para reequilibrar os diferentes modos de transporte em favor do peão e do ciclista. -----

-----Nós projetámos diferentes cenários de evolução da repartição modal, portanto, este era o valor que nós tínhamos em 2021, 80,7% a pé, 5,8% no autocarro, depois 8,7% no pedonal, 1,4% na bicicleta e depois 3,4% outros, motociclos, etc. Se nada for feito, o cenário pessimista, as nossas previsões apontam para que este valor atinja os 85% em 2035 e os quase 88% em 2040, portanto desaparecem praticamente as viagens a pé, as viagens em bicicleta e as viagens em autocarro. -----

-----O cenário tendencial é o cenário em que há alguma coisa a ser feita, mas não numa perspetiva integrada, não numa perspetiva de perceber que tudo aquilo, que as ações estão todas ligadas umas às outras, que existem implicações que são transversais a todo o sistema de mobilidade e isto permite-nos, de certa forma, inverter ligeiramente o aumento da utilização do automóvel, mas continuamos com valores de utilização do automóvel muito elevados, 75%, portanto, acima da média nacional. Isto resulta muito das particularidades do território de Águeda. É um território que foi sendo estruturado historicamente a partir de pequenos aglomerados, pese embora a linha do Vouga, e naturalmente que o automóvel foi-se tornando gradualmente a opção mais lógica de mobilidade para a população. Mas existe a oportunidade de mudar isso e é este cenário otimista que nós temos aqui que resulta na aplicação de toda esta estratégia do PMUS, num horizonte de dez anos e que aponta para uma reversão significativa, portanto passaríamos de 80% para 66% da utilização do automóvel e um aumento, como podem testemunhar, significativo especialmente na utilização da bicicleta, que passaria para o 8%. A média nacional anda abaixo de 1%, só para terem essa indicação também. Haveria naturalmente um reforço do modo pedonal e do modo de transporte público, mas o modo ciclável é a grande aposta aqui.-----

-----E então, o desafio colocou-se em primeiro lugar que cidade é que queremos? O território não é todo igual e temos de pensar em diferentes ações para diferentes partes do território aqui de Águeda. Então dividimos o território em três parcelas. Temos a cidade de proximidade, que corresponde aqui ao centro de Águeda, e o que é que nós temos aqui? Portanto, são, vamos dizer, quatro temas-chave. A consolidação do tecido urbano, o preenchimento dos vazios, temos muitos terrenos vazios aqui em Águeda e que podem ser utilizados para densificar o centro e aproximar as pessoas das atividades do emprego e do comércio, que é o que temos aqui no centro de Águeda.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Priorizarmos os modos ativos, aumentar a competitividade do transporte público, também é muito importante. Depois temos as Zonas de Salva Guarda da Acessibilidade, portanto são umas zonas intermédias, onde temos de apostar na acalmia de tráfego, na redução da velocidade do automóvel nas zonas residenciais, porque é aí que há mais risco de acidentes. Apostar numa rede ciclável que liga as diferentes Freguesias do Concelho onde a topografia o permite, daí podem reparar, que a rede estende-se, principalmente, do lado oeste do Concelho, exatamente porque é onde ela é possível e onde ela é uma possibilidade. Quando olhamos para os territórios mais a nascente, mais difíceis em termos de topografia, a opção aí, é o transporte público, e em muitos casos o transporte flexível, o transporte a pedido, garante no mesmo acesso à população ao transporte público, mas não resulta numa operação em termos de encargos muito complicada para o Concelho, porque naturalmente um operador, não vai querer operar num serviço que tem uma pessoa à segunda, uma a terça, uma a quarta. Temos de apostar num transporte flexível, que já tem provas dadas em vários territórios em Portugal e que permite às pessoas um serviço quase com a mesma qualidade, portanto as pessoas continuam a ter o acesso ao transporte público, quando precisam e os custos são muito mais reduzidos. Novos eixos viários também, há aqui um conjunto de eixos viários que são importantes quer para consolidar a rede de ligação a outros Concelhos, as ligações a Aveiro, por exemplo, estão aqui contempladas, algumas ligações também de ligação dentro de Freguesias do Concelho, para resolver alguns problemas que temos no atravessamento de alguns aglomerados. E depois temos um terceiro território que é a salvaguarda da linha do Vouga. Nós entendemos que o território à volta da linha do Vouga tem de ser salvaguardado. Salvaguardado porquê? Porque naturalmente a dinâmica de desenvolvimento que nós temos aqui em Águeda e mesmo em Portugal, nós não vamos ter cidades de milhões de pessoas a aparecer de um momento para o outro, como vemos em outros países, mas podemos criar as condições, definir as bases, para que gradualmente o território à volta da linha do Vouga, se vá consolidando e que vá tirando partido desta infraestrutura.-----

-----Eu não vou aqui ir muito ao detalhe com as ações, isso está no documento do plano, nós temos quatro eixos temáticos com cerca de cinquenta ações, mais focadas até na parte da circulação, estacionamento e logística, porque há muito que pode ser feito aqui para facilitar o trabalho, quer dos modos ativos, quer do transporte público. Portanto, estas são as três ações. Só em termos de ponto-chave, era promover o território do centro de Águeda como a cidade de proximidade, uma estratégia também de comunicação, porque Águeda é um Município que aposta forte na comunicação, na comunicação dos seus eventos, na comunicação daquilo que é feito e foi aqui já referido hoje, quer em termos, por exemplo, da execução do PRR, da atividade cultural, que atrai



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

peçoas para a Águeda, mas também pode ser usado para valorizar as boas práticas que são feitas em termos de mobilidade e em termos de desenvolvimento urbano. E isso é importante até para ajudar a trazer peçoas para o Concelho, mais residentes para o Concelho, mais empresas para o Concelho, porque cada vez mais as empresas também se preocupam com a questão da mobilidade dos seus trabalhadores e isso deve ser importante e isso o PMUS teve isso em conta. É importante conhecer, fazendo um retrato gradual e relativamente próximo no tempo da mobilidade da população, não podemos estar à espera dos censos a cada dez anos para saber se o PMUS está a ter resultado ou não. E depois integrar nos instrumentos de gestão territorial, principalmente no plano de diretor municipal, diretrizes para promover um desenvolvimento mais sustentável, mais harmonioso destes aglomerados. E temos aqui, então, o exemplo das três políticas de ocupação do solo e de um sistema de centralidades do Concelho. -----

-----Passando para os modos ativos, estas quinze ações resumem-se assim neste slide. Temos de intervir em quarenta quilómetros da rede viária, lembrar que o Concelho de Águeda tem mil quilómetros de rede viária, estamos a falar de uma percentagem que não é significativa, mas é onde existem as maiores carências. Através de ações de urbanismo tático, de carácter experimental de baixo custo, mas com resultados que são imediatos, a melhorar a segurança da utilização do modo pedonal nestes aglomerados. Depois, a questão da segurança rodoviária, através da instalação de vinte e duas lombas de redutoras de velocidade e três passadeiras sobrelevadas, principalmente em equipamentos, na proximidade de equipamentos de saúde e equipamentos escolares, onde o desenho da via propicia velocidades mais elevadas, beneficiar vinte e cinco quilómetros da rede ciclável que já existente, para lhes dar melhores condições, e depois criar trinta e seis quilómetros de novos troços. Passaríamos de uma rede de cerca de sessenta quilómetros para uma rede de cerca de cem quilómetros. É um aumento significativo. Reforçar a infraestrutura de estacionamento de bicicletas, quer bicicletas privadas, os bicicletários, como se costuma chamar, e mesmo o sistema Be-Águeda com cinco novas localizações. E depois também implementar contadores de tráfego ciclável, para se medir em tempo real, a utilização da bicicleta nos diferentes eixos. E esta é aqui a rede ciclável que está prevista para o Concelho, como já referi, muito mais focada na metade Poente do Concelho porque é aí que temos as condições para a utilização da bicicleta, apesar de termos aqui vários núcleos de Freguesias que ficam ligados ao centro de Águeda através de uma ligação direta, uma ligação segura e que promoverá a utilização da bicicleta, quer nas deslocações pendulares, quer nas deslocações para o centro da cidade para tratar de algum assunto que possa ser feito pela população. E aqui um zoom aqui no centro de Águeda para mostrar o impacto que esta rede ciclável teria aqui no centro. E depois aqui, no fundo um bocadinho só, um enfoque na rede ciclável



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

concelhia, portanto em três fases, o curto prazo, o médio prazo e o longo prazo, isto é, a dois anos, a cinco anos e a dez anos, para conseguir materializar esta visão.-----

-----No transporte público, há aqui algumas coisas que têm de ser feitas em termos estratégicos, nomeadamente repensar a rede da Busway, isto quando nos estamos a aproximar do final desta concessão, é uma concessão a sete anos e, contratualmente, o Município não pode exigir grandes alterações durante esta concessão, mas no final deste prazo é importante começar a repensar, o que é que pode ser alterado para beneficiar a população de Águeda. Principalmente na questão da integração com a ferrovia. Nós temos muitos casos onde temos o comboio que passa relativamente próximo de uma linha, de uma estrada onde passa o autocarro, mas não há paragens no autocarro, ou os horários não coincidem. Isto é um exemplo muito simples que pode ser feito para melhorar e muito, a experiência de utilização de transporte público. O transporte flexível, o transporte a pedido, que através de um sistema inteligente de gestão, permite otimizar recursos e garantir que as pessoas tenham acesso ao transporte público. -----

-----Continuar a requalificação da linha do Vouga, porque esta intervenção que está a ser feita é apenas uma intervenção para repor o troço que está desativado, mas sem grandes melhorias em termos daquilo que era o serviço prestado há vinte ou trinta anos atrás. É preciso apostar em novas estações mais próximas dos aglomerados, ou que se foram desenvolvendo, após a construção da linha, realocar algumas estações e com isto, gradualmente começar a apostar na linha do Vouga como uma alternativa séria de mobilidade para a população. Depois intervir também na infraestrutura de paragens de transporte público, também pela questão da instalação de abrigos, para que as pessoas possam ter uma experiência mais confortável, porque sabemos que o autocarro não chega imediatamente, quando chegamos à paragem, e em dias de chuva ou em dias de muito calor, proporcionar algum conforto para os utilizadores de transporte público é importante naturalmente. E temos então, aqui o exemplo, podem reparar que a intervenção na infraestrutura de paragens é transversal a todo o Concelho. Há uma intervenção em praticamente todas as paragens da Busway no Concelho, há algo que pode ser feito para melhorar a experiência em todas as Freguesias do Concelho. E depois temos aqui a linha do Vouga que cruza o Concelho, por uma primeira do Oeste para o Este e depois do Norte para o Sul. E aqui no centro de Águeda há uma apresentação mais fina. Aqui só para referir, por exemplo, no caso da linha do Vouga tínhamos a supressão de dois apeadeiros, mas depois tínhamos a duplicação, noutros locais ou até a duplicação de um apeadeiro em dois, para ter uma cobertura mais fina do território, ou em outros casos ter uma beneficiação da infraestrutura. E aqui, outro pormenor da intervenção nas paragens, aqui focada no curto e no médio prazo. Excluimos completamente o longo prazo, são intervenções relativamente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

simples, são muitas paragens, mas não são intervenções que exijam mais de cinco anos para ser feitas e, acreditamos que no curto e no médio prazo é possível fazer toda esta intervenção. -----

-----E finalmente na circulação, estacionamento e logística, portanto estas são as ações, por ponto-chave, zonas 30, atualmente o Concelho de Águeda não tem nenhuma zona 30, são algumas centenas de metros de extensão e passaremos para trinta e sete quilómetros, então é uma mudança estrutural no funcionamento da rede viária. As zonas de coexistência, aqui já mais focadas nos aglomerados mais centrais, principalmente aqui no centro de Águeda é onde elas estão mais presentes, dois quilómetros e meio. Expandir as zonas de estacionamento de tarifado, esta é uma medida muito polémica, nós sabemos, mas a verdade é que temos dois mil e duzentos lugares de estacionamento em parques em Águeda e esses mantêm-se gratuitos, ou seja, os lugares de estacionamento tarifado, serve para promover a rotação. Estão mais próximos dos locais onde as pessoas têm de estar, mas onde é preciso garantir que há um lugar ou mais rotação de estacionamento e é o que está aqui previsto. Construir vinte sete quilómetros de novas ligações viárias. Reforçar a infraestrutura de carregamento de veículos elétricos, isto também é um ponto que Águeda tem apostado fortemente e algo que deve ser continuado porque a eletrificação da mobilidade, dos automóveis, será naturalmente uma tendência e o Município de Águeda tem de acompanhar esta tendência. O sistema de informação em tempo real sobre o estacionamento, numa lógica de... já temos tantos parques, eles não estão é provavelmente a ser usados da melhor forma e se conseguimos direcionar as pessoas para os locais onde... e isso especialmente é importante na questão dos grandes eventos em Águeda, conseguir direcionar os veículos para os locais onde há capacidade disponível, conseguirmos otimizar a infraestrutura, conseguirmos reduzir congestionamentos, conseguirmos melhorar o funcionamento da rede viária. E depois também a questão da sinalização rodoviária, uma pessoa que chega do Norte, pela Nacional 1 por exemplo, não pelo IC2, naturalmente, mas pela Nacional 1, e que não tem como destino Águeda, chega ali à rotunda, junto ao continente, ao McDonald's, e a indicação não é clara para onde é que tem de ir. Conseguindo direcionar a partir dos pontos de entrada em Águeda, quer pelo centro ou quer pelas circulares, pela circular neste caso, para os diferentes equipamentos, para os diferentes destinos, conseguimos otimizar também os fluxos, conseguimos reduzir as viagens que se fazem pelo centro e que não precisariam de ser feitas. E então temos aqui algumas destes exemplos da rede viária, portanto da proposta da rede viária. -----

-----Naturalmente, isto tem um custo e é o que está aqui contabilizado. Estamos a falar de noventa milhões de euros em dez anos, porém muito deste investimento, especialmente no transporte público e nos modos ativos, é passível cofinanciamento. E, isto resultaria apenas num encargo para o



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

orçamento municipal de trinta e sete milhões de euros em dez anos. E como podemos ver, por exemplo, na questão do transporte público, 50% do investimento consegue-se ir buscar a fundos comunitários. Mesmo na circulação 35, nos modos ativos, apenas 15% seria do orçamento municipal. É onde conseguimos também ir buscar muito do financiamento comunitário.-----

-----Para terminar, podemos dizer que é o primeiro dia da vida deste PMUS, porquê? A partir daqui, com a sua aprovação, tem o seu início, ele tem uma vigência de dez anos, ao longo desses dez anos estão programados diferentes momentos de monitorização, de acompanhamento dos indicadores que estão presentes neste PMUS. Esta monitorização deve ser acompanhada a participação pública para a população ir acompanhando a sua execução e percebendo aquilo que está a ser feito e os benefícios que estão a ser colhidos da sua implementação e depois, o regulamento da legislação prevê que ao fim de cinco anos seja feita uma atualização. Isto porquê? Porque as coisas mudam, as tecnologias mudam, as tendências mudam. Só para terem uma ideia, há cinco anos ninguém ouvia falar das trotinetes. Quem é que há cinco anos atrás imaginaria que as trotinetes eram o que eram hoje? Exatamente, a tecnologia muda cada vez mais e isso influencia a mobilidade, influencia os hábitos da população. Podemos falar da questão do teletrabalho, podemos começar a falar das trotinetes, dos veículos elétricos e, o PMUS, apesar de ter um desígnio a dez anos, ele tem de ser atualizado ao fim destes cinco anos, ao fim, a meio da sua vida, para garantir que se mantém atual e pertinente face ao paradigma e às tendências da mobilidade que afetarão naturalmente os territórios. Queria agradecer a todos e obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Ficou a faltar apenas uma coisa, é que se identifique.

-----**Engenheiro Miguel Lopes - Representante do Plano de Mobilidade:** O meu nome é Miguel Lopes, sou o coordenador técnico deste estudo e sou o coordenador da área de estudos de mobilidade e transportes na OPT - Optimização e Planeamento de Transportes, S.A.. Muito obrigado.

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado. Pode aguardar um pouco. Srs. Deputados, julgo que foi elucidativo, ainda assim, obviamente, algumas intervenções? Sr. Deputado Paulo Tomaz, por favor.-----

-----**Paulo Sérgio Gomes Tomaz – PS:**-----

-----”Muito obrigado, Sr. Presidente. Muito obrigado pela apresentação. É uma visão muito abrangente, muito fundamentada e também naturalmente que deteta muito bem as características muito particulares do nosso território, que de facto está dividido numa parte muito mais desafiante e que muitas das soluções, como bem explicou, não serão ali aplicáveis. Portanto, é uma visão que fica a encargo dos políticos atuais e dos políticos que teremos no futuro. Provavelmente, estando daqui a dez anos, também algumas destas prioridades e soluções, talvez existam outras também, e de facto



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

se conseguirmos implementar uma boa parte do que aqui for exposto, será muito proveitoso e muito interessante, sendo que algumas coisas acabam por depender mais de nós do que outras, na minha humilde opinião e com as habilitações que tenho para entender e propor neste âmbito. E, sem dúvida, quando falamos da chamada mobilidade suave, penso que não estarei incorreto. E olhando não só às características do território, mas do que é o dia-a-dia das vidas das nossas famílias. Eu diria de outra forma, a utilização que temos do carro será sempre imprescindível tendo em conta que muitas vezes a localização da escola da criança, da creche da criança, das atividades das crianças, e queremos que as famílias tenham mais do que uma. Depois o trabalho de cada um dos membros do casal, são em sítios diferentes, os horários são distintos também e, portanto, há coisas que são inelutáveis aqui. Mas há um aspeto, e eu seria aqui bastante mais, reduziria muito o âmbito da minha intervenção, para lhe fazer até uma pergunta, se pudesse ser, que se relaciona muito com a linha do Vouga. A linha do Vouga, como sabemos e como também acabou por referir de uma forma leve, diria, acabou por ficar ao longo do tempo, ao longo das décadas, desfasada em muitos casos daquilo que é o edificado urbano. Em alguns casos, como por exemplo em Mourisca do Vouga, passa muito perto de muitas habitações, com certeza, noutros casos, por exemplo, Valongo do Vouga ou Agueira, passa longe daquilo que é o principal edificado neste momento. Eu tenho para mim, há muito tempo, recordo-me até de exercício de direito de oposição, entre outras coisas ter referido isto, e vou aqui, se me permitem, apelar muito à minha experiência pessoal enquanto adolescente e daquilo que via. Se pensarmos, a título de exemplo, do apeadeiro de Valongo de Vouga, e se pensarmos no inverno, ele está brutalmente isolado. Uma pessoa idosa, vou dizer, uma pessoa mais frágil, não se sentirá bem às seis, sete da noite a circular a partir do apeadeiro em direção à sua casa, tendo em conta a escuridão que ali existe. Por outro lado, eu lembro-me de lá deixar a minha bicicleta escondida uma vez ou duas e foi roubada a segunda. Ela desapareceu e nunca mais tive essa bicicleta. Portanto, o que é que eu quero dizer com isto? Ela fica, apesar de tudo, aquele apeadeiro, a uma distância suficiente para um jovem pegar na sua bicicleta e apanhar lá o comboio em direção à Águeda, por exemplo, ou em direção à Aveiro. Para mim, noutros tempos, e caminho para os 40, a linha significava o acesso a Aveiro e o acesso rápido a Águeda. E os meus pais também confiavam naquele transporte. E nós todos juntos vínhamos ali de Valongo de Vouga, de Macinhata, etc. E aqui vínhamos ou íamos a Aveiro. A pergunta que lhe dirigiria era a seguinte: tendo em conta também os próprios trabalhadores, eu refiro-me essencialmente à utilização das scooters, das motos, à utilização das bicicletas pelos mais novos. Poderia contribuir muito ou não, nós termos uma atenção ligada a estes apeadeiros e a futuros, que esperemos que venham a existir em localizações mais privilegiadas, de haver toda uma intervenção ligada a maior luminosidade daqueles locais. Primeiro ponto.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Segundo ponto, a meu ver, haver a preparação de estacionamentos. Estacionamentos bem iluminados, estacionamentos onde as pessoas pudessem, algumas admito que poucas, deixar os seus carros. Mas essencialmente as motos motorizadas e bicicletas. Eu penso no que acontece noutros países em que nós andamos em cidades, onde há aqueles, aquilo há de ter um nome, mas são aqueles estacionamentos de bicicletas que não parecem assim tão caros, que têm até mais do que um andar, rodeados por rede muito forte, e em que há um sistema em que o utilizador se inscreve e aquilo fica trancado. E, portanto, faria ou não sentido, junto a estes apeadeiros, eventualmente noutros locais, termos estacionamentos seguros, bem iluminados, de bicicletas e de motorizadas e também de carros em segundo lugar, de maneira a que os jovens e os trabalhadores fossem na sua bicicleta, fossem na sua motorizada, até um apeadeiro, como por exemplo, o de Valongo de Vouga ou o da Aguieira, e lá deixassem a sua bicicleta, lá deixassem a sua moto, se deslocassem a Águeda ou a outro local ou até Aveiro, trabalhassem, regressassem e à saída do comboio tivessem ali à mão a sua bicicleta ou a sua motorizada? Era uma pergunta que lhe deixaria e muito obrigado pela exposição. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Obrigado, Sr. Deputado Paulo Tomaz. Sr. Deputado Humberto Moreira, por favor. -----

-----**Humberto José Tavares Moreira – PPD/PSD.MPT:**-----

-----“Antes de mais, parabéns pela apresentação, extremamente sintética e deu para entendermos um pouquinho, aquilo que se projeta e na linha daquilo que tem vindo a ser feito pelo nosso Executivo ao longo dos anos, esta preocupação geral. Em termos pessoais, eu não tenho uma visão tão romântica destas questões. Não tenho por um simples facto, porque acho que o maior problema que nós temos, e eu entendo que primeiro teremos que criar as condições para depois criar o hábito, mas existe uma questão de mentalidade e de cultura muito difícil de ultrapassar. Nós falamos de mobilidade, podíamos falar de morbilidade. E acho que este tema, porque é assim, nós quando temos, por vezes, um lugar de estacionamento a quinhentos metros do local por onde vamos e temos a tendência a levar a viatura para a porta, é uma questão cultural. Não é por falta de estacionamento, é cultural. E entendo que a intervenção do ponto de vista de tentarmos mudar o paradigma, ou neste caso fazer aqui uma ligeira alteração, terá que ser algo cultural e terá que ser algo sempre associado com outras áreas, nomeadamente, a área da saúde naquilo que concerne. Nós temos uma população que é pouco dada à atividade, é pouco dada a caminhar, é pouco dada a andar de bicicleta e nós se olharmos a grande percentagem de utilizadores da trotinete, das bicicletas, estamos a falar de comunidades que vivem em Águeda, na sua grande maioria, não há muitos anos. Portanto, nós vemos poucos locais a utilizar bicicleta ou a trotinete, agora mais recente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

E também vemos muito pouca gente a utilizar aquilo com que nós nascemos, que é as pernas. Nós temos dificuldades em deixar a viatura estacionada na Baixa de Águeda, para ir a pé, aos Correios. É preferível deixá-la ali em frente ao Tribunal em segunda fila. Portanto, entendo que isto é muito importante, mas terá que haver uma sensibilização naquela geração neste momento, nomeadamente nas escolas, e naquilo que são, os nossos filhos ou os jovens de agora, porque só assim, conseguiremos, a exemplo de outras áreas, nomeadamente com responsabilização com o tratamento dos lixos com a separação, estamos a colher frutos trabalho feito há mais de uma década uma década e meia em que hoje, qualquer criança é normal fazer a separação, distinguir as cores. Eu não fui educado dessa forma grande parte nós estamos aqui não já adquirimos isso em idade adulta e confesso que às vezes é difícil. Para a minha filha é direto, é imediato. Portanto, em relação a este tema, acho que deverá haver uma preocupação maior em relação à sensibilização, nomeadamente nas escolas, nomeadamente com a informação dos nossos estudantes para os pais. Tentar estudar de uma forma que seja vantajoso, eu já não digo penalizar quem não respeita aquilo que é a mobilidade no centro da cidade e os problemas que causa muitas vezes por aquilo que é o comodismo pessoal. A penalização deveria ser sempre o último recurso, mas criar formas e estratégias que valha a pena andar a pé, obviamente melhorando tudo aquilo que são as vias de circulação, mas essencialmente uma mudança de hábitos e paradigmas que demorará aqueles anos que estão ali, ou muitos mais. Acredito que com a evolução, da mesma forma que hoje estamos a falar de vias, na utilização da bicicleta, tendencialmente a utilização da bicicleta elétrica será provavelmente algo que irá progredir muito nos próximos anos. Nós não temos... O nosso território não é igual à Holanda, obviamente, nós vamos a Amsterdão, a Roterdão, e é fácil andar de bicicleta, é fácil fazer 15 ou 20 ou 30 km. Aqui não é a mesma coisa, nós tivermos que ir do centro da cidade lá para cima para a Lagoa. É preciso de manhã, é preciso ter um bocadinho de paciência e chegar ao trabalho a transpirar, com uma bicicleta elétrica, será diferente. Portanto, há aqui uma série de condicionantes que acho que terão de ser levadas em paralelo para que possamos atingir o cenário mais otimista que estava ali vertido. Acredito que com algumas nuances, obviamente estamos a falar de 2021, há alguns indicadores que estão ali, já muita coisa mudou, nomeadamente em relação mesmo à própria população que hoje nos últimos anos tem vindo para cá morar. Por isso acredito que o estudo está extremamente bem montado e acho que com a adição de alguns elementos que ali podem estar omissos, confesso, mas acho que seria muito importante integrarmos aqui e isto ser levado coordenado com outras áreas que não apenas os transportes por si só. Por isso, mais uma vez, parabéns, foi elucidativa, acho que é uma ótima base de trabalho para os próximos anos. Obrigado. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado Humberto Moreira. O Sr. Deputado José Vidal, por favor. -----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente, eu começo por agradecer o trabalho que foi feito, quem sabe/sabe, e para aquilo que eu sei muito pouco disto, é sempre um ponto de orientação. Mas cabe ao Executivo, cabe ao Sr. Presidente da Câmara e aos Vereadores, nomeadamente, nós a Assembleia aprovar ou não os projetos, a execução cabe-lhes a ele. Várias coisas têm sido feitas em Águeda nestes âmbitos, nos âmbitos do estacionamento, nos âmbitos da promoção da utilização da bicicleta, que falhou sempre, e começou-se pelo sítio que há bocado o Deputado Humberto Moreira falou, que a Autarquia também tem começado, que é nos hábitos. Os hábitos só se começam pelas crianças, pelos mais jovens. A Câmara de Águeda tem vários projetos de utilização da bicicleta, mas muito poucos. Portanto, na sua utilização, na sua aprendizagem, mas não na sua utilização diária. Há vários anos que no âmbito do direito de oposição que propomos à Câmara experiências e situações fundamentais que aparecem aqui no vosso estudo, como por exemplo os comboios de bicicleta, deslocação para a escola, em que várias pessoas... eu aqui propus uma vez que fosse até aposentados que se dedicam a isso, ou voluntariado ou mesmo pagos por taxas, que seria sempre pouco, em que o pai deixa a criança com a bicicleta em determinado ponto e a partir daí ele é acompanhado e vai formando com os colegas comboios de bicicletas. Onde isto se passou, tal como há moda das trotinetas, que já está a acabar quando nós estamos a começá-la, vocês indicam os riscos e o que é necessário e por isso daí a contradição entre aquilo que a Câmara fez há uma semana e este estudo que nós vamos aprovar, que tem o caminho certo para as trotinetas, mas que a Câmara aprovou com o caminho errado, portanto há uma contradição às vezes nos planos e é isso que é preciso seguir, Sr. Presidente e Srs. Vereadores... eu falei aqui do comboio de bicicletas que no sítio onde foi experimentado teve foi o problema do excesso de pessoas a realizá-lo. Depois do primeiro ano nada mais adorável para as crianças e de todas as idades que ir com colegas para a escola. Portanto, eles começaram neste momento, por exemplo... o problema de Lisboa é o excesso de miúdos que querem ir para a escola de bicicleta. Não é o contrário, é o excesso de miúdos. Propus experimentalmente que isso fosse feito, propus há sete anos, há cinco, seis... até hoje ainda não avançou, aparece aqui no vosso projeto e bem, e propus como situação experimental as zonas que vocês aqui indicam, Fermentelos porque é do lado de lá, e propus a Aguada de Cima porque tem ali uma pequena orografia, mas é uma circulação de 100 metros em que permitiria organizar esses comboios de bicicletas. Aparecem também os comboios de acompanhamento pedonal. É a mesma situação, poderia existir. O pai passa no centro, ali na rua de Fermentelos, quando vem, por exemplo,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

para trabalhar e deixa-o cá em baixo junto ao pelourinho e será acompanhado com os colegas e os miúdos adoram ir com os colegas. E eles em Lisboa e em várias escolas fazem isto, distribuem a eles capas para a chuva e botas para a chuva e os miúdos já andam de bicicleta à chuva, que é a segunda fase que é que convencer os pais que os miúdos se podem molhar ou não molhar. Portanto isso são fases que nós temos que fazer, temos é que fazer. Não é fazer um grande encontro da bicicleta ou sendo um bocadinho mais crítico, ter grandes clubes de bicicleta profissionais aqui a ganhar 85.000 euros de prémio com clubes profissionais cá, ou dizendo ainda um bocado mais crítico, tendo voltas a Portugal cá, ou isto que é... eu gosto de ciclismo, eu adoro ciclismo e gosto da equipa que cá está porque me habitei a gostar deles, mas nós estamos a gastar dinheiro erradamente na promoção do Concelho. O Concelho é o Concelho Verde em 2026 e no âmbito do Concelho Verde em 2026 as voltas a Portugal só provocam problemas para esse Concelho Verde e essas atividades todas do ciclismo que acompanhado com automóveis só provoca problemas. O contrário, o PESANTES, que é o projeto de circulação interna com os veículos a pedido , já duplicaram. É um caminho que tem que ser associado aos serviços e aqui também já foi falado, das Freguesias, que, por exemplo, às segundas e quartas à tarde vêm a Águeda e, portanto, as pessoas inscrevem-se às segundas e quartas para vir a Águeda durante o espaço de três horas, marcam as consultas para essa altura, isso tendo atenção às idades. Tudo isto que foi aqui sendo dito ao longo de anos, optámos em Águeda por competições. Competição do automóvel, a competição das bicicletas ou a competição profissional. Nunca se optou em Águeda pelas pessoas. E tudo isto vocês ainda bem que indicam aqui e que são os caminhos reais para a habitação. Obrigado e parabéns pelo vosso trabalho, que isso é o que nos vai permitindo e à Câmara, lentamente, ir evoluindo nesta situação. Obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado José Vidal. Srs. Deputados, mais alguma intervenção? Sr. Presidente, faça o favor. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

-----Sr. Presidente, muito obrigado. Antes de mais, e porque é absolutamente justo, queria agradecer à equipa da OPT, ao Engenheiro Miguel Lopes, obrigado pelo empenho e, naturalmente, tenho que também agradecer à equipa da nossa Divisão de Ambiente e Sustentabilidade por acompanhar este processo. Eu gosto de agradecer mas aqui efetivamente era para prologar também a iniciativa, mas a iniciativa foi mesmo nossa de fazermos este estudo. E, acho que é perfeitamente adaptado e adequado. Trata-se do instrumento, que eu acho que é indiscutivelmente uma base de trabalho e que estará sempre ao lado nas decisões que vamos tomar relativamente à matéria da mobilidade no nosso Concelho. Queria-lhe dizer que quando começámos a olhar para este trabalho, eu acho que está extraordinariamente bem feito por uma razão muito simples, não tem nada de surpreendente.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Ou seja, nós olhamos e aparece-nos aqui um conjunto de medidas que até nos parecem óbvias e até mais. Até lhe digo que um conjunto delas, e para a nossa tranquilidade, absolutamente em linha com aquilo que nós já vamos fazendo. E isto diz bem, na minha apreciação, diz muito bem do trabalho. Porque um trabalho feito nesta base que depois nos traduz uma realidade com a qual nos identificamos, eu diria que este trabalho foi feito para a Águeda e isso é muito bom. Porque às vezes há outras coisas, nós compramos aí uma série de planos que parecem que bem muito formatados, ou um conjunto de coisas e depois a gente olha e custa rever-se em um conjunto de matérias. E, portanto, muito obrigado. Eu acho que o trabalho está muito bem elaborado e, este plano, para além de uma ajuda indiscutivelmente à nossa governança, vai-nos também possibilitar e isso também é absolutamente importante, um conjunto de candidaturas a um conjunto de fundos e um conjunto de forma a podermos implementar um conjunto de medidas, muitas destas medidas e isso também é absolutamente essencial. Disse-o e disse-o muito bem, nós somos um dos primeiros Municípios do país a avançar com este plano de mobilidade urbana sustentável. E depois falou aí de um conjunto de coisas, algumas delas como são muito caras, nomeadamente a questão da linha do Vouga porque efetivamente, esta forma de nós olharmos para ela como um espinha dorsal e algo a preservar, algo a ter atenção... e atenção! E isto é uma clivagem enorme, relativamente a um passado não tão distante aqui do nosso Concelho em que olháramos para a linha como um estorvo. E eu acho que não, estamos todos em sintonia, todos achamos que a linha de Vouga tem aqui um potencial muito grande que deve ser plenamente aproveitado. Estar em sintonia clara e reforçar a ideia daquilo que passou aqui o Paulo Tomaz, por uma razão muito simples, claro que sim! -----

-----Uma nota, porque também é importante, esta ideia da recolocação e a criação de novos apeadeiros partiu exatamente de uma iniciativa de Município que a fez chegar ao IP e à CP. Nós temos um protocolo que não chegou ao limite, porque o Município de Aveiro, também quis entrar neste protocolo. E, agora na elaboração de um protocolo mais abrangente, apareceram aqui algumas questões que têm que ser limadas e por isso é que ele ainda não está assinado, mas estamos absolutamente confiantes que isso acontecerá em breve. Os novos apeadeiros, os novos locais, naturalmente têm aquelas características todas, ou seja, são coisas modernas, bem iluminadas, sempre que possível com áreas de estacionamento perto. E, já agora, aqui uma outra questão também importante é que os próprios comboios permitam levar as bicicletas. Há um conjunto de comboios e nós estamos a viabilizar isso que é possível levar, até porque se eu tiver a minha bicicleta, ainda mais bicicleta elétrica, que venha de casa até ao sítio onde está o comboio e depois onde quer que eu desça, pegar na bicicleta e continuar isto cria-me um potencial muito maior. Já agora, uma nota, porque é importante nós dizermos, ao longo da linha do Vouga, não sei se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

sabem... é importante que saibamos todos, nós conseguimos colocar as nossas bicicletas elétricas em todas as estações por aí fora e, portanto, junto a esta zona da linha do Vouga, quase todas! Naqueles locais mais isolados não o fizemos, mas estamos a levá-la agora às outras Freguesias. Esta presença das bicicletas elétricas e deste sistema de utilização gratuita de bicicletas elétricas, nós temos os números e os números da utilização são um sucesso. Curiosamente, nós temos uma equipa, a tratar destas bicicletas e apesar de haver algum vandalismo - já nos aconteceu de tudo, como é normal e notório - eu queria dizer que mesmo assim a avaliação que fazemos é perfeitamente positiva e estamos a expandir este conceito porque, volto a dizer, a nossa orografia não nos permite ter aqui um sistema à holandesa. Porque, efetivamente, temos subidas e descidas e, indiscutivelmente, a bicicleta elétrica é uma opção e é nesse sentido que corremos.-----

-----Mais uma nota a questão que temos do transporte a pedido, no âmbito da CIRA fizemos esta concessão que, no fundo, é uma concessão, que temos neste momento com a Busway. Eu queria lembrar um processo que decorreu já aqui, num passado bastante recente e que culminou com a entrada da Busway aqui na nossa região, que foi extraordinariamente difícil fazermos e chegarmos a ter um operador com os custos que continuamos a ter e que são muito grandes, mas o operador que cá estava ainda queria muito mais, eu não sei se se recordam, mas foi à terceira que nós conseguimos ter e com alguma teimosia - de alguns de nós, pelo menos - que conseguimos. E nessa altura, face a esta dificuldade, não fomos tão longe quanto queríamos ir no sentido de criarmos novas soluções. Nós pegámos inclusivamente na matriz que tínhamos, porque era a mais rápida e fácil de implementar e era a que era possível andar, e é exatamente com essa matriz que nós estamos a trabalhar. Esta concessão, naturalmente, vai ter que ser melhorada, mas há aqui uma oportunidade, e há uma janela de oportunidade que eu queria aqui partilhar convosco e que nós estamos a tentar acoplá-la de que maneira? No âmbito dos transportes, dos circuitos especiais, nós temos as carreiras regulares que nos transportam muitos alunos, mas depois temos um conjunto de circuitos especiais, também relacionados com escolas e estes não estão concessionados, nós temos que fazer contratações todos os anos deste tipo de serviços, mas queremos avançar também para uma concessão deste género e, termos, ano após ano, algo que efetivamente possa funcionar durante o período escolar, mas também fora do período escolar. E estamo-nos a lembrar daqueles territórios com menos população que ficam, tal e qual como diz o estudo, fortemente penalizados no período de férias. Porque temos um circuito e carreiras muito vocacionadas para o transporte escolar. E aí colocarmos uma espécie de transporte a pedido, um transporte flexível - é mais o nome - de modo a permitirmos, efetivamente, que essas populações tenham soluções. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Uma nota, nós temos 5.000 e tal utilizadores registados no MobeÁgueda, 5136, é o número atual que nós temos de utilizadores. Portanto, acho que à nossa escala é um número absolutamente interessante. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Engenheiro Miguel Lopes, foram colocadas algumas questões, vai ter oportunidade então agora de responder. Faça favor.-----

-----**Engenheiro Miguel Lopes - Representante do Plano de Mobilidade:** -----

-----"Muito obrigado. Antes de mais, queria agradecer as palavras de apreço, quer do Sr. Presidente, quer dos Srs. Deputados por este estudo que é, naturalmente, isto que nos move e que nos faz trabalhar todos os dias e acordar todos os dias e ir para o trabalho, saber que damos o nosso melhor e que desenvolvemos soluções que, de facto, trarão benefícios para a população e para os seus territórios. -----

-----Relativamente aqui às questões que me foram colocadas, primeiro pelo Sr. Deputado Paulo Tomaz, é importante vermos e as previsões mostram isso, o carro será sempre imprescindível para muitas pessoas e, nós mesmo no cenário otimista temos uma percentagem de utilização do automóvel de 60 e tal por cento. É inegável. É importante aqui vermos que nós não queremos, naturalmente, demonizar o automóvel. Estas estratégias foram tentadas em muitos locais e não funcionaram. Nós queremos aqui é desenvolver uma forma de tornar as alternativas para algumas pessoas como a opção lógica, a opção racional. Isto porque os nossos comportamentos... e agora passando apenas para a questão dos padrões de mobilidade, nós tomamos a decisão que para as nossas necessidades, para os nossos recursos, nos fazem mais sentido, quer seja tempo, quer seja custo. Estes são os dois principais elementos. Mas depois há outras questões. Há pessoas que têm também questões de preocupação ambiental, questões de preocupação com o exercício físico, quantidade de exercício físico, mas o que pesa mais sempre é o tempo e o custo. E depois temos o conforto, a segurança, etc. Se nós conseguirmos que as alternativas ao automóvel, gradualmente, se tornem mais próximas ao automóvel em termos de tempo, em termos de custo, em termos de segurança e em termos de conforto, vamos começando gradualmente a mudar as mentalidades e a fazer com que quem antes não via as alternativas, quem antes não via o comboio, o autocarro, a bicicleta ou a pé com uma alternativa, comece a pensar. "Antes não tinha estas condições e agora elas começam a aparecer. Se calhar vou testar!" E testo uma vez e até corre bem e vai continuando gradualmente. E é esse tipo de comportamento que nós temos de, gradualmente, mudar. Portanto é que estas previsões eram para 2040, portanto temos aqui um caminho a percorrer. Mas é, efetivamente, o único caminho, é tentar mudar comportamentos através do investimento em infraestrutura. Depois também temos a questão das iniciativas e isto leva-me à questão do Sr.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Deputado Humberto Moreira, que são as mentalidades e os comportamentos. É importante sensibilizar e temos de sensibilizar por onde? Pelas crianças. Funcionou com a reciclagem, como foi aqui bem dito, e funciona na mobilidade. Nós vamos a países do norte da Europa e vemos que toda a gente anda de bicicleta. É verdade. Eu gosto sempre de contar esta história porque é uma história engraçada, nos Países Baixos, até à década de 70, mais ou menos, toda a gente andava de carro. E como é que as coisas mudaram? Porque houve quase como uma revolta popular, uma série de movimentos e até alguns com alguma violência, não é isso que eu estou a advogar aqui, mas que tiveram como justificação a mortalidade infantil nas estradas. E foi através da preocupação com a saúde pública, com as crianças, que se conseguiu transformar gradualmente, portanto, fazer pressão política para que as cidades fossem mudando, que as ruas fossem mudando, para que fossem criadas condições para que as crianças deixassem de ser transportadas em carro e que passassem a ser independentes da sua mobilidade e andar a pé e de bicicleta. E foi com as crianças que se conseguiu transformar a mobilidade dos países baixos naquilo que é hoje. E é exatamente esta estratégia que nós temos aqui. Há uma componente muito forte de sensibilização, começando pelas crianças, com a acessibilidade às escolas. As iniciativas dos comboios bicicletas, dos comboios pedonais, as zonas seguras em frente às escolas, exatamente começando com as crianças. E depois também haverá a questão dos trabalhadores mas, a sensibilização é fundamental, não basta investir em infraestrutura. -----E, finalmente, em relação à pergunta do Deputado José Vidal, a questão da micro mobilidade, a questão da regulação da micro mobilidade é essencial e nós temos isto aqui, por exemplo a questão do BeÁgueda! O Be Águeda tem também um regulamento de utilização, está associado à sua utilização e a questão da micro mobilidade que, pelo que eu percebi, ainda não está em funcionamento, o protocolo ainda não está em vigor, portanto, ainda há espaço para aplicar estas regras de funcionamento e disciplinar a utilização das trotinetes. E esse será sempre um exercício muito complicado. Eu recorro que não há muitos Municípios em Portugal que tenham regulamento para a micro mobilidade, mas estamos a jogar com o comportamento humano. Claro que regulando é sempre mais fácil, mas é preciso fiscalizar, é preciso sensibilizar. No fundo é isso.-----

-----Resumindo, o carro será sempre imprescindível para alguns mas, gradualmente, vamos mudando as mentalidades. É importante sensibilizar e ter atenção às novas tendências para conseguir adaptar e fazer com que este plano faça sentido e que esteja sempre atual e sempre em cima do acontecimento. Muito obrigado a todos.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Engenheiro Miguel Lopes. Se faz favor Sr. Deputado Rui Moreto.-----

-----**Rui Miguel Pires Moreto – CDS–PP:**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----"Obrigado Sr. Presidente, cumprimento na sua pessoa, todos os que nos estão a assistir e quem está aqui connosco nesta Assembleia. Queria só indicar que, de facto, este estudo e, no fundo, a sua abrangência, daria pano para mangas para dissecarmos e abordarmos várias situações. Eu só queria, apresentar aqui alguns apontamentos. Isto é um plano alargado e, a sua implementação ou a proposta de implementação, implica aqui vários pontos de controle ao longo dos anos, mas fiquei contente de saber que há aqui grande parte do estudo apresentado que comunga com as ideias da Câmara Municipal e até de iniciativas que já estão a ser, digamos, introduzidas e implementadas de alguma forma ou pensadas. Nesse sentido, eu captei aqui algumas situações que eu acho pertinentes também, que considero que se calhar são fáceis de implementar e até numa fase inicial deste plano e, queria perguntar-lhe duas ou três questões em concreto e depois também perguntar ao Sr. Presidente se de facto vê que há viabilidade para as implementar num curto prazo. Apresentam aqui no plano coisas como, por exemplo, no âmbito do projeto BeÁgueda, a implementação de cinco novas localizações, significa que vocês detetaram que tendo em conta, digamos, o sucesso da iniciativa ou a mais-valia que pode proporcionar, que vocês detetaram que existiam 5 locais passíveis de ter uma grande utilidade de implementação deste projeto. Queria só que me dissesse quais eram as 5 novas localizações previstas para ter essa noção. Depois, também, a colocação de lombas e passadeiras elevadas em algumas estradas do Concelho implica que notaram algum perigo ou grande perigo associado à sua falta e também tentar perceber onde é que no vosso plano, de uma forma assim muito rápida e geral, há situações mais difíceis ou mais urgentes de resolver e se, de facto, perguntaram ao Sr. Presidente da Câmara, se consegue prever rapidez nessa resolução, já que isso foi detetado. E relativamente também à questão dos parques de estacionamento, fiquei um bocadinho positivamente surpreso pelo número de lugares disponíveis, mas uma das coisas que o CDS até discutiu com o Executivo da Câmara Municipal no âmbito do estatuto de oposição também foi uma destas ideias que foi apresentado nas tais placas de informação em tempo real dos lugares de estacionamento disponíveis e, alguma indicação da localização para informar quem vem para Águeda, nas entradas de Águeda, quem vem e para onde é que se pode dirigir para estacionar o carro. E, perceber se o Sr. Presidente também colhe esta ideia a somar, no fundo, à nossa ideia transmitida, como possível de executar. Muito obrigado. "-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado Rui Moreto. Bom, sem ordem de resposta, Sr. Presidente, quer avançar? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente, eu penso que genericamente o Deputado Rui Moreto veio aqui falar de qual era o nosso ritmo de implementação. Eu queria-lhe dizer que este trabalho já está a ser elaborado há



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

algum tempo e nós já estamos a fazer algumas destas coisas. Agora não lhe vou dizer, exatamente e concretamente, todas as coisas e muito menos o prazo de implementação. O estudo tem um planeamento, exatamente, para tentarmos fazer, mas naturalmente que é um plano e como tal eu diria que é exatamente aquilo que nós dissemos. É uma orientação para nós fazermos com projetos e objetivos concretos. Mas nós já estamos a fazer isso. Nomeadamente nas lombas, para quem anda em alguns locais aqui do nosso Concelho, percebem que aquelas lombas que tem sido primeiro mais resistentes, segundo aquelas lombas que são quadradas e que se estão a colocar são mais eficazes, são muito mais resistentes e de alguma forma menos agressivas relativamente ao trânsito automóvel também que, de alguma forma, acaba por funcionar um pouco melhor. Mas temos um conjunto muito grande destas obras, nomeadamente na questão da implementação de novas boxes de bicicletas. Nós, no entanto, já temos mais algumas colocadas e vamos continuar a disseminá-las pelo Concelho por uma razão muito simples, este é um projeto, eu diria, ancora da nossa mobilidade. Neste estudo também aparece como tal, houve aqui o cuidado de dizermos e reforçarmos que esta questão das bicicletas elétricas é indiscutivelmente a nossa opção prioritária e chamamos-lhe assim, porque percebemos que é o que é possível implementar no nosso território e, sobretudo, face a essas questões porque, por exemplo, para quem vai daqui para Fermentelos, se calhar em Fermentelos até andaria bem, mas se pretender vir a Águeda depois tem que subir a Recardães. E quando não vai ter que subir a Piedade. E mesmo em Fermentelos temos lá o Cabeço e outras coisas do género que não é bem a Holanda e, portanto, nós temos que nos adaptar um pouquinho a isso.-----

-----O que eu há um bocado ia para dizer era o seguinte e depois lembro-me do encadeamento, era para reforçar um pouco aquilo que está ali no estudo e que é esta utilização primordial do automóvel. Eu queria apenas e só contar aqui uma história que me ocorreu há uns dias. Eu há uns dias estava a ver aquela obra que nós andamos a fazer da ligação do PEC ao IC2 e estava ali junto à rotunda do Vale Grande numa das horas de saída de muitas empresas do Parque do Casarão. E passaram ali muitos carros. E, naturalmente que no sítio que eu estava tive o cuidado de ficar a olhar e depois até fui ficando... e se chegasse ao fim e fizesse a média, eu diria que não conseguia mais do que 1,1 utilizador por veículo automóvel. Ou seja, a esmagadora maioria dos veículos automóveis tinham um lugar e levavam um passageiro, o condutor. Eu quero-vos dizer que nós pedimos apoio às empresas que estão no Parque do Casarão e nós já temos transportes públicos no Casarão, mas pedimos para tentarmos adaptar. E o que nos saiu... só para percebermos as dificuldades que vamos tendo, o que nos saiu em termos... dava praticamente um autocarro por utilizador. Porque a origem, o destino e os horários, aquelas coisas todas, há aqui um trabalho muito grande que nós precisamos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

de fazer para, efetivamente, chegarmos a uma solução, uma solução de compromisso e uma solução possível. Já agora uma nota, estes carros todos, muitos deles, naturalmente que vêm e depois, sobretudo depois das horas de trabalho, muitos vão para casa com toda a certeza, mas muitos vêm para a cidade ou para os centros urbanos das Freguesias. E aí entra aquela questão do estacionamento. Isso nota-se durante o dia inteiro, mas percebemos que há picos também relativamente à questão do estacionamento. E quando nós percebemos desta questão da mobilidade urbana e quando temos um desejo indiscutivelmente de suavizar, chamemos-lhe assim, colocarmos os modos suaves a funcionarem nos centros urbanos da nossa cidade e dos nossos centros urbanos das Freguesias, percebemos e é desejável que avancemos para a peonização de um conjunto de arruamentos. E aqui eu queria que todos nós pensássemos e percebêssemos as dificuldades que temos porque há aqui uma questão, a exemplo daquilo que o Deputado Humberto disse aqui há um bocado, de um ganho maior de sensibilidade das nossas populações porque vejam bem o que é que aconteceu a um conjunto de cidades que fecharam os centros urbanos e o que é que aconteceu nomeadamente ao comércio. Fecharam o tráfego automóvel e, pura e simplesmente, acontece. Eu vejo com muita premência, a par de tudo isto, uma sensibilização muito importante das pessoas, porque eu costumo dizer que às vezes uma grama de exemplos vale mais que uma tonelada de conselhos. Há muita gente preocupada exatamente a incutir este tipo de coisas, mas depois percebemos qual é a vivência deles do dia a dia. Parece que estamos aqui a querer legislar uma coisa para os outros. Quando nós próprios temos uma dificuldade muito grande em adaptarmos o tal modo suave à nossa atividade do dia a dia, à nossa disponibilidade, à nossa liberdade, à nossa vontade de chegar rapidamente onde queremos que chegar e depois culmina naquela coisa que temos nas cidades e aqui não é exceção, de que se possível era dentro da loja onde a gente queríamos ir é que convinha ter um lugarzinho para estacionar. Eu diria que o desafio é muito grande, é uma área muito sensível, este trabalho indiscutivelmente é algo de orientador, mas percebermos todos que temos muito trabalho pela frente e um trabalho de sensibilização muito grande e percebermos que temos que mudar profundamente. Eu até gosto muito daqueles cenários muito otimistas porque qualquer um de nós gostava de imaginar resultados muito mais positivos em 2045 ou 40, resultados muito mais positivos do que aqueles que nós muito otimistamente começamos a perspetivar. Porque reparem, não há aqui nenhum fenómeno específico em Águeda! Não, não há, de certeza absoluta. É a realidade que nós temos no nosso país e que vai demorar algum tempo a mudar, eu não tenho dúvidas nenhuma. Já agora uma nota, que tem a ver com a questão dos custos dos transportes públicos. Nós não podemos ignorar algo que se tem vindo a passar e que nós temos que disseminar pelo país. Uma nota porque passa-nos todos ao lado e temos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

que perceber. Antigamente, até há relativamente pouco tempo, quem atribuía as concessões rodoviárias de transporte público de passageiros era o IMT. Porque os transportadores pagavam impostos. Com a utilização mais massiva dos veículos, mas sobretudo com a desertificação humana de muitos territórios, o que é que acaba por acontecer? Estes serviços, em vez de pagar impostos, têm é que ser fortemente pagos. E o que é que inventou o Estado, recente, que não foi assim há tanto tempo? Passar as concessões para os Municípios. E, agora o que acontece é o seguinte, a prenda que nos deram é no sentido de serem os Municípios a pagar estas concessões e que pagamos fortemente. Mas agora aqui há uma coisa, é que toda a gente sabe que nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto temos transportes gratuitos porque o FAN subsidia nessas áreas metropolitanas fortemente e consegue-se ter transportes gratuitos. Eu acho sinceramente que é preciso disseminar esta medida rapidamente por todo o território, porque a gratuitidade, não tenho dúvidas nenhuma que essa sim atrai muito. Frequência, qualidade e a tal gratuitidade porque num país que queremos ser uno, custa-me perceber estas políticas que se vão disseminando por aí, de que as grandes áreas metropolitanas,, como tem muita gente, as políticas são mais facilmente implantadas lá, porque dá muitos votos, não é? E, portanto, temos medidas governamentais dos vários governos anteriores que começaram com esta e também que dão esta desigualdade que eu gosto aqui de alertar e que era importante que fosse revista e, já agora, acho muito bem, que fosse disseminada para o país todo, porque a percentagem que fica em Lisboa e Porto anda para cima dos 80%, os outros é para o resto do país todo e aí não chega longe disso. Muito obrigado, Sr. Presidente.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. O Sr. Engenheiro Miguel Lopes, julgo que ainda terá mais uma intervenção para fazer. -----

-----**Engenheiro Miguel Lopes - Representante do Plano de Mobilidade:** -----
-----"Em relação à questão do Deputado Rui Moreto, relativamente à localização das estações do beÁgueda, são os círculos verdes, eles estão praticamente todos no centro de Águeda. Porquê? O Município já tem apostado na disseminação desta infraestrutura nas diferentes Freguesias e ao longo das estações da linha do Vouga, nós consideramos que as localizações das Freguesias tendem a ser localizações relativamente centrais, onde estão equipamentos públicos que são no fundo o público-alvo das bicicletas partilhadas. Portanto, é essa a lógica que rege o funcionamento deste sistema, é promover a utilização esporádica da bicicleta, porque quem quer utilizar a bicicleta no seu dia a dia não vai usar o beÁgueda, vai usar a sua bicicleta. É essa a lógica que está aqui inerente. Elas estão maioritariamente concentradas aqui no centro de Águeda, ou seja, nos equipamentos que atualmente não estão cobertos por esta rede. Por exemplo, temos o Centro de Artes e o mercado. Aqui só temos dois. Mas a lógica foi equipamentos públicos que ainda não estão cobertos. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----A questão das lombas e das passadeiras, qual é que foi a questão? Foi procurar os troços ou que registam atropelamentos... essa foi uma das nossas preocupações, ou então, por exemplo, troços onde temos equipamentos públicos e que estão numa reta relativamente extensa, ou arruamentos em zonas residenciais que têm uma reta. Não faz sentido estarmos a pôr lombas nem passeios elevados onde temos curvas e contracurvas e onde a velocidade é reduzida. A lógica é perceber onde é que a rede viária, pelas suas características, propicia velocidades mais elevadas ou que já têm tido consequências negativas, ou então tentar atuar preventivamente e evitar essa questão. -----

-----Relativamente ao estacionamento em tempo real, é exatamente isso que referiu. Este sistema está desenhado aqui, nós indicamos quais é que são os locais onde tem de estar a sinalização e quais é que são os parques que estão incluídos e a ideia é exatamente nos pontos de ligação das circulares de Águeda ao centro de Águeda aí temos a indicação aqui para a esquerda, parque X, tem X lugares, se for em frente tem outros lugares. A ideia é essa. É direcionar porque temos dois mil e tal lugares de estacionamento em parques de Águeda, é direcionar os veículos para onde existe lugar a partir dos pontos de entrada e evitar que as pessoas andem às voltas à procura de um lugar. Portanto, estas são as 3 questões. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Engenheiro Miguel Lopes. Obrigado também em nome da Mesa da Assembleia pelo trabalho que prestaram, certamente foi apreciado por todos e de extrema importância para o Município. Muito obrigado. Srs. Deputados, vamos então colocar à votação o ponto.-----

----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 55/25 da proposta da Câmara Municipal para aprovação do Plano de Mobilidade Urbana e Sustentável (PMUS) de Águeda.-----

-----**3.4 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para aprovação da 4.ª Alteração ao Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, quer apresentar o ponto?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

----”Para alguma questão que queiram colocar, mas parece-me que é claro, temos aqui uma alteração que pretendemos fazer ao nosso regulamento do Parque Empresarial de Casarão e é por aí. Muito obrigado. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, o Sr. Presidente apresentou o ponto. Srs. Deputados, alguma intervenção neste ponto? Nenhuma intervenção, podemos colocá-la à votação? -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 41/25 da Câmara Municipal para aprovação da 4.ª Alteração ao Regulamento Municipal do Parque Empresarial do Casarão.-----

----**3.5 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado da Câmara Municipal de parcela de terreno com 1085 m², sito na Rua do Lagareiro, Águeda;**-----

----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, há alguma coisa que se oferece na apresentação do ponto? -----

----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

----"Sr. Presidente, neste ponto, penso que é importante dar aqui uma pequena explicação no sentido de localizar primeiro a parcela de terreno e depois perceber, exatamente, o que é que está em causa. Há mais de 20 anos, aquando da construção daquele condomínio fechado ali perto da GNR foi cedida, nas áreas de cedência obrigatórias do loteamento que foi feito naquela altura, uma parcela de terreno com uma configuração, eu diria que longilínea, ou ao longo daquele muro, para o domínio público municipal. Ora bem, durante este tempo todo a única coisa para que aquele espaço tem servido é para que o Município tenha que lá ir cortar as ervas porque não tem outra utilização possível. No âmbito desta questão, que tem que ver também com a necessidade de habitação, é interesse do Município trazer o domínio privado para que possa ser objeto de algum tipo de articulação com os vizinhos, no sentido de podermos agilizar ali qualquer permuta que nos permita avançar com outras soluções para aquele lugar. E já agora não se vislumbra qualquer tipo de utilização no âmbito do domínio público ao longo daquele muro, naquele espaço de terreno. Portanto, era trazer este terreno do domínio público municipal para o domínio privado municipal. Muito obrigado Sr. Presidente."-----

----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, entendido. Srs. Deputados, algum esclarecimento, alguma intervenção? Não? Então avançamos para a votação.-----

----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por maioria**, com 5 abstenções do Grupo Municipal do PS e 4 do Grupo Municipal do CDS, a proposta n.º 443/24 da Câmara Municipal de Desafetação do Domínio Público para o Domínio Privado da Câmara Municipal de parcela de terreno com 1085 m², sito na Rua do Lagareiro, Águeda.-----

---- **3.6 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de Reconhecimento do Interesse**



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

Público Municipal na Regularização das Instalações da União Desportiva Mourisqueuse, no âmbito do Processo de Obras n.º 147/24;-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal - Jorge Almeida:** -----

-----"Sr. Presidente, é exatamente isto. A União Desportiva de Mourisqueuse pretende e está a conseguir reunir as condições de proceder à legalização das suas instalações. Isto é absolutamente essencial, é aquilo que todos nós defendemos, mas um dos elementos instrutórios é a necessidade de alegarmos aqui efetivamente e reconhecermos o interesse público. E é exatamente isso. O reconhecimento público municipal daquelas instalações, com vista à sua regularização da edificação que lá existe, todo aquele espaço onde se pratica desporto no nosso Concelho. É isto. Muito obrigado, Sr. Presidente. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguns esclarecimentos, alguma intervenção? Passamos então à votação. -----

---Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 438/24 da Câmara Municipal de Reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das Instalações da União Desportiva Mourisqueuse, no âmbito do Processo de Obras n.º 147/24.-----

-----**3.7 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de isenção do pagamento de taxas municipais devidas por operações urbanísticas, no âmbito dos danos causados em habitações pelos incêndios de setembro de 2024;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, há algo mais a acrescentar? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:**-----

-----"Sr. Presidente, eu há um bocadinho até falei exatamente neste processo. Nos incêndios nós tivemos danos em casas, alguns danos com perda total e que têm vindo a ser objeto de financiamento no âmbito dos auxílios estatais às vítimas dos incêndios. E, nós estamos aqui a propor que neste caso e neste contexto isentemos as taxas municipais devidas pelas tais operações urbanísticas neste contexto e para este tipo de pessoas vítimas destes incêndios e para este fim. Uma nota, a lei habilitante diz respeito apenas e só habilita a habitação e por isso é que nós não podemos ir mais além. Muito obrigado, Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, muito obrigado. Srs. Deputados, algum esclarecimento, alguma intervenção? Podemos então passar à votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 53/25 da Câmara Municipal de isenção do pagamento de taxas municipais devidas por operações urbanísticas, no âmbito dos danos causados em habitações pelos incêndios de setembro de 2024.-----

-----**3.8 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração, entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias, para atribuição de Apoios Financeiros;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

-----"Nós trouxemos aqui um conjunto de apoios às Freguesias e queria até dar aqui uma nota prévia, por uma razão muito simples. Não foi distração e queria explicar a esta Assembleia porque é que não trouxemos individualmente estes procedimentos. Por uma razão muito simples é um número absolutamente incrível. Estamos a falar de largas dezenas de propostas e, estaríamos aqui uma série de dias, um tempo muito largo, e, no sentido de operacionalizarmos e tendo subjacente uma questão. Primeiro, o princípio é o princípio que todos nós conhecemos, e há aqui uma equidade clara com todas as Freguesias e o mesmo nível de oportunidades. Queria dizer que não estão aqui todos os apoios, porque nem todas as Juntas conseguiram dar-nos todos os apoios que pretendem nesta altura e trouxemos isto mais compilado por uma razão muito simples. Isto corresponde rigorosamente à vontade dos Srs. Presidentes de Junta. É exatamente isto e por essa razão que entendemos por bem operacionalizar, porque quando começámos a analisar e a ver o número de propostas ... peço desculpa, mas não fazia mesmo sentido, era muita coisa. Estamos aqui a falar de largas dezenas, porque depois teríamos que desdobrar uma a uma por ali fora e portanto para fazer sentido àquelas indicações. Não há mais nada do que isso. No fundo, a nossa proposta é no sentido de agilizarmos o processo decisório e não mais do que isso. Muito obrigado, Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Deputado Miguel Oliveira, por favor. -----

-----**Luís Miguel Marques Vidal de Oliveira – CDS-PP:**-----

-----"Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, eu concordo com a visão do Sr. Presidente. A Câmara é que, provavelmente, sendo desejável que cada uma das propostas seja aprovada separadamente, talvez fosse mais prático que os grupos municipais declarassem se pretendem a autonomização de alguma destas propostas para ser votada em separado e, se não, seria votado tudo em conjunto. Seria, portanto, no caso de haver alguma questão que leve a uma abstenção ou



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

um voto contra de algum dos grupos municipais, eles dizerem, nomeadamente, os JUNTOS por Águeda/PSD/MPT e o Partido Socialista Os grupos municipais e o Deputado não inscrito informam qual é o assunto que querem destacar e se isso puder ser feito destaca-se ou discute-se e vota-se em conjunto aquilo que se pode votar em conjunto e aquilo que for de maior cuidado faremos a votação em separado. Era uma sugestão que eu lhe deixava, Sr. Presidente. Pela minha parte e pela parte do Grupo Municipal de CDS, nós não vemos nenhuma entrave à aprovação nenhuma destas propostas, nem temos nenhuma intenção de as discutir. Vamos votá-las favoravelmente. Portanto, estou aqui já a fazer esta declaração dizendo que, por mim, vota-se tudo em conjunto. Mas naturalmente apoiarei quem quiser destacar alguma proposta para votar em separado. Muito obrigado. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Deputado. Se bem percebi, das largas dezenas de propostas que estão subjacentes a este ponto, querem que se coloque à consideração dos grupos municipais se algumas destas dezenas de propostas, se alguma delas querem autonomizar para efeitos de votação. Eu pressuponho que haja algum trabalho complexo quanto a isso. Mas diga, Sr. Presidente. Pediu a palavra?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

-----"Eu penso que percebi bem o que é que o Deputado Miguel Oliveira quis dizer e estamos completamente de acordo, se alguém quiser discutir alguma coisa em particular, façam favor, parece-me que chegaremos ao fim e não veremos necessidade de estarmos a separar e podermos votar em conjunto. Mas naturalmente que a discussão está aberta, os pontos e as propostas estão todas elas aqui discriminadas, qualquer questão que haja sobre qualquer uma estamos completamente disponíveis para dar os esclarecimentos e até penso que o Presidente da Junta ou o representante da Junta de Freguesia estão presentes, também nos ajudam a tirarmos alguma dúvida que seja necessário tirar. Muito obrigado Sr. Presidente."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, eu compreendo o que diz no que respeita à discussão, mas aqui isto é mais amplo. Depois teríamos que de alguma forma subdividir este ponto e fazer votações distintas. Mas podemos colocar à discussão e logo vamos ver o que é que os grupos municipais levantam até a essa questão. Já percebemos que o Grupo Municipal do CDS não vai discutir nenhuma das questões e vai votar favoravelmente? E eu pergunto ao Grupo Municipal do PSD se, de alguma forma, também querem alguma destas questões de sufragar aqui algum destas propostas individualmente? Muito bem. Não? Grupo Municipal do PS, por favor, alguma questão que queiram colocar? Podemos avançar? -----

-----**Deputado José Vidal:** Temos questões. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Querem colocar questões. Faça favor, Sr. Deputado José Vidal. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente da Assembleia, eu concordo com a proposta do Deputado Miguel Oliveira, portanto era lógico que se vote em conjunto, mas se houvesse aqui algum dos pontos esse aí teria que ser votado separadamente. Eu concordo com o sistema, isto foi em fevereiro, o que nós defendemos há muito tempo, que seja nesta primeira reunião que seja aprovado e que seja considerado em termos futuros, quem cá ficar, que pense, uma proposta que nós também já fizemos há três anos e há dois e há um, que seja aprovado as obras plurianuais. Para dois, três anos, e o Presidente da Junta sabe que recebe 20, 30 e mais 20, independentemente, depois de pequenos acertos, de coisas que vão aparecendo, e depois ele arranja para fazer as obras na altura certa. Pode arranjar que é só uma pessoa que faça todas durante um X tempo ou não, eu só tenho que, ao fim dos três anos, apresentar as obras feitas. A pergunta que eu faço aqui é a mesma que tenho feito sempre ao Sr. Presidente da Câmara que é se estas obras todas, se alguma já está feita ou se é tudo para construir. Se alguma já estiver feita votarei contra, se forem todas para construir votarei normalmente a favor. Obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado José Vidal, mais alguma inscrição no ponto? Não? Sr. Presidente tem a palavra.-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Sr. Presidente, muito rápido, eu penso que não. Estão aqui os representantes da Junta, se tiverem conhecimentos de alguma, façam favor de informam o Sr. Deputado, mas eu penso que não. -----

Presidente da Assembleia: Muito bem, julgo que está esclarecida esta questão. Podemos então passar à votação? Muito obrigado. -----

-----Não havendo mais inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 62/25 da Câmara Municipal de celebração de Protocolo de Colaboração, entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias, para atribuição de Apoios Financeiros.-----

-----**3.9 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias, para atribuição de Apoios Financeiros;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, por favor? -----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

-----"É exatamente a mesma coisa, só para explicarmos o conceito, são competências do Município que estamos a delegar a competência. Porque, efetivamente, há determinadas obras que nós



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

podemos atribuir a competência do Município e delegamos na Junta. Por exemplo, construir passeios, coisas do género, ou qualquer coisa assim. É uma competência municipal, numa via municipal e a Junta está a intervir dessa maneira. Outra coisa é, por exemplo, fazer obras no edifício da Junta de Freguesia, que é estrito da competência da Junta de Freguesia, que é para a qual a Câmara apoia. Portanto, por isso é que há esta divisão formal que tem de ser feita. É só isto. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Bem entendido, Sr. Presidente. Srs. Deputados, alguma intervenção, algum esclarecimento? Vamos então avançar para a votação.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 63/25 da Câmara Municipal de celebração de Contratos Interadministrativos de Delegação de Competências, entre o Município de Águeda e as Freguesias/União de Freguesias, para atribuição de Apoios Financeiros.-----

-----**3.10 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda aos Protocolos de Colaboração n.º 187/22 e n.º 89/24, celebrados entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para prorrogação do prazo de execução;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:** -----

-----”Sr. Presidente, é exatamente isto. Neste caso concreto com a Freguesia de Recardães e Espinhel há uma obra que não foi possível à Junta de Freguesia executá-la em tempo útil no ano passado e, nós estamos a fazer uma adenda no sentido de prorrogar. Uma nota que eu queria aqui dar, porque foi exatamente neste mandato que nós começámos a abrir esta exceção e, curiosamente, no tempo do COVID, porque antigamente ... os Presidentes de Junta, sobretudo os que estão cá há mais tempo, lembram-se com toda a certeza disto, nós introduzíamos nos nossos apoios e contratos interadministrativos uma cláusula que era as obras tinham que ser concluídas até o final de novembro, para nos permitirem pagarmos no ano. Durante o COVID não vale a pena estarmos a explicar o que é que aconteceu e agora temos noção clara e muitas vezes também o sentimos na pele, de que há uma dificuldade grande de cumprimento de prazos e até de encontrar gente disponível, portanto, empreiteiros e trabalhadores disponíveis para executar determinadas obras. É esse o conceito. De qualquer modo, isto é perturbador de alguma forma para nós, Município. Muito obrigado.”-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado, Sr. Presidente. Eu pergunto se há alguma intervenção neste ponto? Não? Podemos passar à votação. -----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 65/25 da Câmara Municipal de celebração de Adenda aos Protocolos de Colaboração n.º 187/22 e n.º 89/24, celebrados entre o Município de Águeda e a União de Freguesias de Recardães e Espinhel, para prorrogação do prazo de execução.-----

-----**3.11 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 102/24, celebrado entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Fermentelos, para prorrogação do prazo de execução;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, pressuponho que seja exatamente igual ao anterior para Freguesia distinta. Correto?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Correto.-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Srs. Deputados, há alguma intervenção, algum esclarecimento? Não? Muito bem, vamos então colocar a votação.

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 66/25 da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Protocolo de Colaboração n.º 102/24, celebrado entre o Município de Águeda e a Junta de Freguesia de Fermentelos, para prorrogação do prazo de execução.-----

-----**3.12 Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Contrato-Programa n.º 94/21, de cedência de espaço no Águeda Bike Park ao Clube Desportivo Águeda Bike Friends;**-----

-----**Presidente da Assembleia:** Sr. Presidente, algo mais do que a simples leitura do ponto?-----

-----**Presidente da Câmara Municipal:** Nada mais, Sr. Presidente, é exatamente isso. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem. Srs. Deputados, algum esclarecimento, alguma intervenção? Passamos então à votação.-----

-----Não havendo inscrições para intervir acerca deste ponto da ordem de trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa colocou-o a votação, tendo-se verificado que a Assembleia, **aprovou por unanimidade**, a proposta n.º 57/25 da Câmara Municipal de celebração de Adenda ao Contrato-Programa n.º 94/21, de cedência de espaço no Águeda Bike Park ao Clube Desportivo Águeda Bike Friends.-----

-----**3.13 Apreciação da informação escrita do Exmo. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Águeda acerca da atividade municipal, bem como da situação financeira do Município, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2 do artigo 25º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

-----**Presidente da Assembleia:** Srs. Deputados, alguma intervenção neste ponto? O Sr. Deputado José Vidal, por favor. -----

-----**José Carlos Raposo Marques Vidal – PS:**-----

-----"Sr. Presidente da Assembleia, eu aqui queria só referir, primeira coisa, uma que tem a ver com a transparência municipal e que tem a ver com os direitos da oposição. Estamos no último ano deste mandato e no Boletim Municipal nem uma única notícia dos Vereadores da oposição, nem uma única opinião, nem um único projeto, nem uma única informação deles ou desta Assembleia, ou de membros desta Assembleia, no que se exige respeito à oposição. É a transparência e o cumprimento do direito de oposição deste Executivo. Na rede da Autarquia, nem uma única notícia da ação dos Srs. Vereadores de oposição, nem uma única notícia das exposições da oposição nesta Assembleia, é a noção de democracia e transparência deste Executivo e do cumprimento do direito de oposição, que será uma coisa para nós analisarmos depois mais tarde. No Boletim Municipal não consta, nas deliberações camarárias, quem são as pessoas que votam tal como o seu sentido de voto. Aparece por unanimidade, com um voto contra, ou dois votos contra, três votos contra, não diz se é os Vereadores do PS, do CDS ou do PSD. Portanto, uma situação a corrigir. Outra situação que, em relação à atividade, Sr. Presidente da Câmara, chegamos ao último ano do mandato, falta meia dúzia de meses e sem o Plano de Desenvolvimento Social. É esta atividade, ainda há bocado vimos um plano de mobilidade, o Plano de Desenvolvimento Social, em três anos e meio, não veio a esta Assembleia o diagnóstico nem o Plano de Desenvolvimento Social. Chegamos a três anos e meio de mandato sem o projeto educativo. Não veio a esta Assembleia para discussão, não veio esta Assembleia para discutir o projeto educativo. Portanto, são estes pontos que eu quero, para já, realçar em relação à atividade do Executivo. Refiro também para o Sr. Deputado, que já tem esse conhecimento, mas nada mais que referir, que vale a pena perder um bocado de tempo para ler esta informação e dar os parabéns à Autarquia, porque a informação é bastante completa sobre a atividade do mundo... e isso o Sr. Presidente da Câmara e os Srs. Vereadores têm razão, do mundo de atividades que se desenvolvem na Autarquia. E, portanto, os meus parabéns à elaboração do documento. Obrigado."-----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Deputado José Vidal. Mais alguma intervenção? Não? Muito bem. Sr. Presidente, tem a palavra. -----

-----**Presidente da Câmara Municipal – Jorge Almeida:**-----

-----Muito rapidamente, dizer-lhe que o Plano de Desenvolvimento Social foi mandado aos membros da rede social. Não era obrigatório, mas até por uma questão de pluralidade entendemos fazê-lo. Já recebemos os pareceres relativamente a essa matéria, mandou-se para as entidades que o estão a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÁGUEDA

desenvolver e penso que a breve trecho teremos oportunidade de opinarmos sobre esse assunto. Agradeço os elogios do documento, porque é um documento bem estruturado, e que traz aqui à estampa a atividade do Município de uma forma muito clara. E, naturalmente, se houver algumas outras dúvidas estaremos completamente disponíveis para isso. Muito obrigado.” -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito obrigado Sr. Presidente. Coloco novamente a questão, se há alguma intervenção, algum esclarecimento. Nenhuma intervenção. Concluimos a nossa ordem de trabalhos. -----

-----Concluída a ordem de trabalhos, foi lida e aprovada a minuta da ata. -----

-----**Presidente da Assembleia:** Muito bem, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Vereadores, muito obrigado. Trabalho excelente. Muito obrigado. Continuação de um bom fim de semana.-----

-----E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrados os trabalhos desta reunião, pelas zero horas e cinquenta minutos do dia um de março de dois mil e vinte e cinco, da qual, para constar, se lavrou a presente Ata, que tem como suporte, gravação áudio e vídeo digital de tudo o que ocorreu na sessão e que vai ser assinada pelo Presidente e pela Primeira Secretária da Mesa.-----

O Presidente da Mesa:

A Primeira Secretária: